

PERSPECTIVAS 2026

Porto Alegre | Quinta-feira, 18 de dezembro de 2025 | Caderno especial do Jornal do Comércio

EVANDRO OLIVEIRA/JC

Rota de cautela na economia e expectativa nas urnas

Cenário de juros ainda elevados, desaceleração econômica e desafios climáticos deverão dominar o próximo ano, que também será marcado pelas expectativas com a realização da Copa do Mundo e de eleições gerais no Brasil



LEGISLAÇÃO

Reforma tributária inicia fase decisiva e exige adaptação das empresas em 2026

Bernard Appy destaca transparência, competitividade e bom senso como pilares da fase de transição

Osni Machado
osni.machado@jornaldocomercio.com.br

A reforma tributária sobre o consumo, aprovada após anos de debate, dará em 2026 seu primeiro passo concreto rumo à implantação plena em 2027. Um dos principais articuladores do processo, o economista Bernard Appy, ex-secretário extraordinário da Reforma Tributária do Ministério da Fazenda, avalia que o próximo ano será marcado por adaptação, bom senso na exigência de obrigações acessórias e pela necessidade de empresas e órgãos públicos ajustarem seus sistemas ao novo modelo de IBS e CBS.

Segundo ele, a fase inicial exigirá sobretudo o cumprimento de novas obrigações formais, como a discriminação dos tributos na nota fiscal, mas sem cobrança efetiva. Appy enfatiza ainda que a reforma trará ganhos significativos de competitividade, ao eliminar cumulatividades, permitir a recuperação mais ágil de créditos, reduzir burocracias e aproximar o Brasil do padrão internacional de tributação sobre consumo. Embora reconheça que a transição gere dúvidas e ansiedade no setor produtivo, ele afirma que o processo será conduzido com equilíbrio e clareza.

Para o economista, em entrevista ao Jornal do Comércio, a nova estrutura tornará o ambiente de negócios mais transparente, ampliará a previsibilidade e favorecerá investimentos, inclusive estrangeiros, que hoje enfrentam dificuldade para compreender o sistema tributário nacional. O consumidor final também deve ser beneficiado, tanto pela transparência tributária quanto pelo efeito esperado de crescimento econômico de longo prazo.

Appy destaca que a simplificação tributária será percebida



Câmara aprovou em 15 de dezembro o texto base do projeto que conclui a regulamentação da reforma

de forma gradual, mas consistente. Ele lembra que, já em 2027, a extinção do PIS/Cofins e a redução do IPI representarão um avanço significativo, enquanto o marco definitivo da simplificação ocorrerá em 2033, com o fim do ICMS e do ISS. Segundo o economista, a apuração assistida dos novos tributos e a predominância de documentos fiscais eletrônicos tornarão o sistema mais previsível e menos sujeito a litígios, reduzindo custos operacionais e a complexidade que historicamente afeta empresas de todos os portes.

O ex-secretário ressalta também que a reforma deve impulsionar investimentos privados, ao eliminar distorções que encarecem o capital produtivo. A devolução mais rápida de créditos, especialmente para exportadores, e o alinhamento do Brasil ao modelo internacional de IVA devem melhorar substancialmente o ambiente de negócios. Para Appy, isso reduz incertezas que há décadas afastam investidores estrangeiros, favorecendo um ciclo de expansão que pode beneficiar toda a cadeia produtiva, com destaque para a indústria – setor hoje mais prejudicado pela cumulatividade.

Além disso, ele reforça que o

período de transição exigirá atuação estratégica dos contadores, que terão papel central na orientação das empresas. Com menos burocracia no modelo final, Appy observa que esses profissionais poderão se dedicar de forma mais robusta à análise do negócio e ao planejamento tributário, áreas ainda pouco exploradas no país. A recomendação do economista é clara: a preparação deve começar imediatamente, tanto no ajuste de sistemas quanto na revisão de custos e na análise comparativa entre regimes, sobretudo para empresas optantes do Simples que podem se beneficiar da migração para o modelo de débito e crédito.

Appy reforça que, apesar das incertezas naturais neste estágio, as empresas não devem focar apenas nas dificuldades, mas avaliar os múltiplos efeitos positivos da reforma, entendendo como podem se reposicionar em um cenário de maior expansão econômica. Também recomenda que organizações iniciem desde já sua preparação, ajustando sistemas, revisando modelos de negócio e analisando se, em alguns casos – especialmente para empresas do Simples –, vale a pena migrar para o regime de débito e crédito.



Bernard Appy é ex-secretário extraordinário da Reforma Tributária

ÍNDICE

- 2 Reforma tributária inicia fase decisiva
- 4 O que esperar da economia em 2026
- 6 Impactos do tarifaço nas exportações
- 8 Polo naval projeta retomada
- 10 e 11 Investimentos na indústria
- 12 Safra avança e prevê retomada
- 13 Cooperativismo
- 14 Setor de biocombustíveis vive expectativa
- 15 Concessões rodoviárias
- 16 e 17 Frases e projeções
- 18 Cenário do setor metalmeccânico
- 19 Coluna Mercado Digital
- 20 Construção civil e setor imobiliário
- 21 Coluna Pensar a Cidade
- 22 Crescimento dos centros logísticos
- 23 Coluna Minuto Varejo
- 24 Papel do ser humano na era da IA
- 25 Conflitos latentes e reconfiguração de alianças no mundo
- 26 Eleições definem nomes ao Planalto, novos governadores e parlamentares
- 27 Siglas lançam candidatos ao Piratini
- 28 Avanço em infraestrutura no pós-cheia
- 29 Estado volta à rota dos grandes shows
- 30 Planos da dupla Gre-Nal
- 31 Copa do Mundo de 2026

EXPEDIENTE

■ EDITOR-CHEFE: Guilherme Kolling ■ EDITORES-EXECUTIVOS: Fernanda Crancio e Mauro Belo Schneider ■ EDITOR-ASSISTENTE: Juliano Tatsch
■ EDITORES: Deivison Ávila, Igor Natusch, Isadora Jacoby e Paula Coutinho ■ COLUNISTAS: Bruna Suptitz, Patrícia Comunello e Patrícia Knebel
■ REPORTAGEM: Adriana Lampert, Ana Stobbe, Bolívar Cavalari, Cássio Fonseca, Cláudio Isaías, Cláudio Medaglia, Eduardo Torres, Gabriel Margonar, Júlia Fernandes, Jefferson Klein, Osni Machado e Roberto Hunoff ■ DIAGRAMAÇÃO: Ingrid Müller, Luís Gustavo Van Ondheusden e Gabrieli Silva

CHEGOU O OBSERVATÓRIO DO COMÉRCIO.

A PLATAFORMA QUE AJUDA A TRANSFORMAR DADOS EM DECISÕES ESTRATÉGICAS.

Inteligência de mercado e políticas públicas baseadas em dados reais do setor privado gaúcho.

O Observatório do Comércio é a plataforma do IFEP-RS que organiza e conecta dados do setor privado gaúcho para apoiar decisões estratégicas. Com indicadores exclusivos e análises setoriais e regionais, permite que empresas, gestores públicos e entidades entendam movimentos do mercado, identifiquem oportunidades, comparem desempenho e avaliem políticas públicas. Uma ferramenta prática para transformar informação dispersa em inteligência acionável e fortalecer a competitividade do Rio Grande do Sul.

Saiba mais:



fecomercio-rs.org.br
Rua Fecomércio, 101
Anchieta
Porto Alegre/RS
(51) 3375.7000



**Observatório
do Comércio**
BENS, SERVIÇOS E TURISMO



Fecomércio
Sesc
Senac
Sindicatos Empresariais

Inflação em rota de desaceleração, juros perto do pico e Bolsa de Valores em alta: o que esperar de 2026

Cenário para o próximo ano projeta uma inflação menos intensa e mais atenção às políticas públicas

Gabriel Margonar
gabrielm@jcrs.com.br

O Brasil chega a 2026 em um ponto de inflexão da política monetária. Após dois anos de juros elevados e inflação resistente em serviços, a economia dá sinais claros de desaquecimento, enquanto o câmbio se estabiliza e o cenário externo mostra menos riscos do que se previa. O conjunto abre espaço para o início de um ciclo de cortes da Selic, embora o ritmo de flexibilização ainda dependa do comportamento do mercado de trabalho e do dólar.

Para Cláudio Hamilton Matos

dos Santos, coordenador de Acompanhamento e Estudos da Conjuntura da Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas (Dimea) do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), o Banco Central permanece cauteloso, mas o cenário de 2026 é mais favorável do que o de meses atrás. "Tudo indica que a Selic será mantida agora e também em janeiro. A data de início do ciclo de cortes dependerá muito da dinâmica da taxa de câmbio e do mercado de trabalho", afirma.

Ele projeta que uma leve alta da desocupação, combinada à continuidade da valorização do real, tende a aliviar pressões inflacionárias. "Neste cenário, as expectativas inflacionárias continuam caindo e o Banco Central poderia iniciar um ciclo de baixa no primeiro trimestre", continua.

Segundo Santos, os canais

Ano será desafiador e difícil para impulsionar a economia nacional

Para 2026, a equação mistura juros ainda elevados, desaceleração econômica e desafios climáticos. A alimentação acumulou alta de 57% desde 2020, frente a 38% do IPCA - um desvio que explica parte da perda de renda das famílias. Eventos extremos continuam interferindo em safras e energia.

"Sem chuvas adequadas, reservatórios caem e as bandeiras tarifárias sobem rápido. Energia acumulou 15% em 12 meses. É uma pressão a monitorar", diz Braz. O economista avalia que a política monetária teve impacto limitado sobre serviços e que, para a inflação convergir, é necessário alinhamento entre política fiscal e monetária. "Quando o governo gasta muito, mesmo que legitimamente, estimula demanda e dificulta o trabalho da política monetária."

O mercado financeiro acompanha essa convergência com atenção. A Bolsa, que rompeu os 164 mil pontos no fim de 2025, pode se aproximar dos 200 mil ao longo de 2026, apoiada pela perspectiva de cortes da Selic - um movimento que tende a beneficiar

empresas de tecnologia e setores mais sensíveis ao crédito. Analistas veem espaço até para um patamar mais ousado, caso haja compromisso claro com ajuste das contas públicas após as eleições. Sem isso, afirmam, o rali pode perder fôlego.

Na avaliação da economista-chefe da 4intelligence, Thais Zara, o recorte central do próximo ano será a convivência entre uma economia ainda fraca e sinais de alívio gradual. "Vemos espaço para reduções da Selic, provavelmente a partir de março, levando a taxa para algo em torno de 12,5% no fim de 2026", afirma.

O impulso virá da liberação de renda via isenção do IR para quem ganha até R\$ 5 mil, de gastos típicos de ano eleitoral e da remodelação do crédito habitacional, que pode liberar R\$ 50 bilhões. O investimento produtivo, porém, deve reagir apenas em 2027. "O ambiente eleitoral é naturalmente mais incerto e o ciclo de queda ocorre ao longo do ano. O efeito pleno virá depois."

O mercado de trabalho segue



Banco Central permanece cauteloso, mas cenário para o próximo ano é mais favorável do que o de meses atrás

cambial e de crédito já mostram efeitos nítidos do aperto monetário. A economia esfria, e a taxa de juros real segue elevada - um componente que seguirá limitando o investimento mesmo após os primeiros cortes.

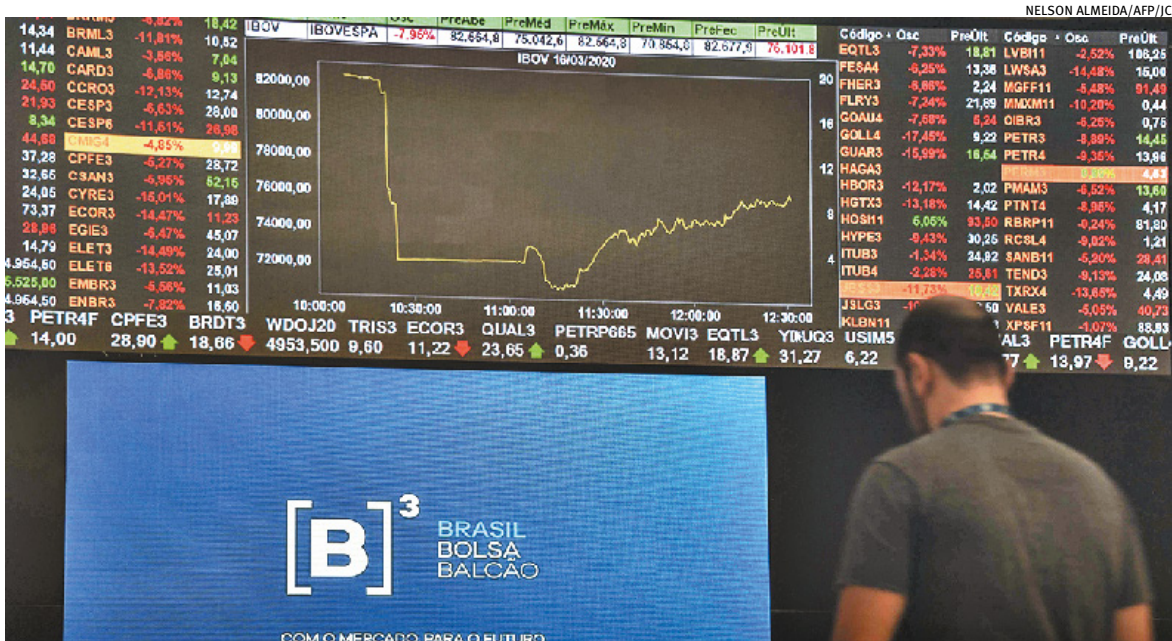
O Ipea projeta crescimento de 1,6% em 2026, sustentado por um ambiente externo menos hostil e exportações redirecionadas para novos mercados. O fiscal, embora pressionado, não deve produzir uma deterioração brusca em ano eleitoral. "É difícil imaginar uma piora suficiente para reverter expectativas", avalia.

Se o quadro estrutural mostra algum alívio, a fotografia de curto prazo da inflação revela nuances importantes. Para André Braz, coordenador dos Índices de Preços do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre), unidade da Fundação Getúlio Vargas (FGV), a desaceleração recente do IPCA foi decisiva para recolocar a inflação dentro do intervalo permitido da meta. O movimento, porém, está longe de significar conforto.

"Serviços sustentam uma inflação anualizada de 6%. É o dobro da meta e representa 30% do orçamento das famílias", explica. Ele

lembra ainda que preços monitorados, como energia e transporte, rodam perto de 5% em 12 meses, mantendo metade do índice pressionada.

O que freou a inflação em 2025 foi a guinada da alimentação no domicílio, que passou de projeção de alta de 8% para quedas sucessivas no segundo semestre. Isso levou o IPCA a 4,46% em novembro. A expectativa é de fechamento próximo a 4,1%, podendo até ficar perto de 4% caso dezembro venha abaixo de 0,2%. "O quadro só não é melhor porque serviços não desaceleraram", pontua Braz.



Analistas de mercado veem espaço para que o Ibovespa atinja um patamar ainda mais ousado em 2026

resiliente, mas tende a moderar. A taxa média de desemprego deve ficar levemente abaixo da de 2025, ainda que a criação de ocupações perca força. O fiscal, por sua vez, seguirá no centro das atenções. "O País precisa voltar a registrar superávits próximos de 1,5% do PIB, mas hoje o resultado estrutural é um déficit de 0,5%. Há um ajuste relevante a ser feito", afirma. Sem isso, o prêmio de risco nos juros permanece elevado - e o

crescimento potencial, contido.

O cenário externo deve continuar desafiador, com China e EUA desacelerando e pouco espaço para cortes adicionais pelo Federal Reserve. A expectativa de um La Niña moderado não configura, por ora, um risco agudo, mas mantém a necessidade de vigilância sobre alimentos e energia.

O retrato que se forma para 2026 é o de um ano de transição: inflação menos ruidosa, juros

perto de virar, Bolsa com potencial de alta e um mercado de trabalho ainda estável, porém já tocado pelo aperto monetário. O avanço dependerá, sobretudo, da capacidade de o País sinalizar compromisso fiscal e de sustentar convergência entre suas políticas econômica e monetária. Sem isso, afirmam os economistas, 2026 poderá até ser um ano de alívio - mas dificilmente será um ano de impulso.

Para crescer no próximo ano,

você precisa de decisões certas hoje.

A CDL POA está ao lado da sua empresa em todo o ciclo do negócio, oferecendo soluções que transformam informação em resultado:

- ✓ Ferramenta de prospecção de novos clientes
- ✓ Análise de crédito para aumentar suas vendas
- ✓ Gestão de carteira com inteligência analítica
- ✓ Cobrança e recuperação de crédito

Mais **segurança** para vender.
Mais **controle** para crescer.
Mais **resultados** para o seu negócio.

Entre em **contato**
e saiba mais!
(51) 3017-8001



✱ CDL POA

65
anos

Faz pelo varejo.
por todos.

f i y x in /cdlpoa

COMÉRCIO EXTERIOR

Exportadores do RS enxergam tarifaço como entrave para 2026



MARCO QUINTANA/ARQUIVO/JC

Setor de carnes, embora tenha sido alvo das tarifas, conseguiu reverter as perdas pela abertura de novos mercados

Indústria gaúcha pode perder quase US\$ 1 bilhão em 2026, estima Fiergs

Ana Stobbe
ana.stobbe@jcrs.com.br

A balança comercial do Rio Grande do Sul está encerrando o ano de 2025 positivamente, com R\$ 6 bilhões a mais em exportações do que em importações. Entretanto, com os Estados Unidos, o cenário muda. Os gaúchos compraram R\$ 219,8 milhões a mais do que venderam aos EUA no acumulado de janeiro a novembro, gerando um cenário

negativo ao Estado. Os dados são do Panorama do Comércio Internacional do Brasil, plataforma de business intelligence (BI) desenvolvida pela Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (Gerex/Fiergs).

O cenário se torna mais impactante ao observar o comparativo dos índices com os do ano anterior, que demonstram que as exportações gaúchas aos EUA retraíram 9,4% em valor comercializado. A performance, aliás, é a pior desde 2022, o último ano em que a balança comercial entre as duas partes esteve no negativo.

O revés se intensificou no último quadrimestre do ano,

quando os impactos das tarifas de 50% impostas pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, a uma série de produtos brasileiros passaram a ser visíveis. Apenas nesse período, em relação a 2024 foram comercializados US\$ 252 milhões a menos.

Em setembro e em novembro, em relação aos mesmos meses do ano anterior, o valor exportado caiu mais de 50% em cada um deles. Para 2026, a Unidade de Estudos Econômicos da Fiergs projeta que a indústria de transformação poderá perder quase US\$ 1 bilhão em exportações aos EUA caso as tarifas sejam mantidas.

Abicalçados prevê queda caso tarifaço prossiga

Os efeitos da sanção econômica são maiores em setores que dependem do mercado norte-americano. É o caso do coureiro-calçadista, que tem nos Estados Unidos seu principal parceiro comercial, mercado que abocanha, sozinho, quase 25% das exportações do segmento. E, no último quadrimestre, em comparação com o ano anterior, a queda foi de 16,5% nos valores vendidos ao país.

O problema, nesse caso, é que a abertura de novos mercados é dificultada pelas variações nas formas de calçado de nação para nação. E, também, pelo fato de muitos produtos

serem fabricados já com a marca do comprador americano, não podendo ser redirecionados internamente no Brasil.

"A exportação para os Estados Unidos é diferente do que para outros mercados, porque é um grande comprador de calçados no modelo private label, que são encomendas de produtos feitos conforme as especificações do importador, com a marca dele, o tipo de forma e o tipo de material. É um produto sob encomenda e que não pode comercializar com um mercado interno ou para outro mercado. O grande volume é nesse formato, que é de produtos de maior valor agregado", explica o

presidente-executivo da Associação Brasileira das Indústrias de Calçados (Abicalçados), Haroldo Ferreira.

Por isso, para Ferreira, o cenário apenas pode ser revertido no setor coureiro-calçadista caso as tarifas sejam derrubadas. "A projeção (sem o tarifaço) é de estabilidade no mesmo patamar de 2025, com um crescimento de 2,1% em relação a este ano. Mas, caso o tarifaço se mantenha, nossa exportação poderá ficar negativa entre 10 a 15% no próximo ano. E, se o cenário alterar até o final deste ano, podemos reverter a queda em um crescimento de até 4,4% na exportação", conjectura.

Sindimadeira revela preocupação intensa no próximo ano

O setor madeireiro também foi fortemente impactado pelo tarifaço, mesmo que alguns de seus produtos tenham escapado das taxas. Embora a balança comercial do segmento tenha sido levemente positiva nas exportações aos Estados Unidos, com o acumulado até novembro sendo de US\$ 92,4 milhões, o valor comercializado ainda é 4,08% menor do que o mesmo período de 2024.

O fato é que a exportação de madeiras tem dependência nos EUA, que são o destino de quase 40% dos produtos do segmento exportados pelo Rio Grande do Sul, concentrados na comercialização de pinus. No acumulado do último quadrimestre, em relação ao mesmo período do ano anterior, o valor nas transações com os norte-americanos caiu 66,42%.

"Em 2026, se não tivermos uma mudança rápida no tarifaço, vamos ver o setor sofrendo

demaís. Nos três estados do Sul do Brasil, já se contabilizam mais de 5 mil perdas de postos de trabalho. Outros 5 mil estão em um sistema de férias. E há 1,2 mil postos de trabalho em lay-off. Mais de 95% da produção industrial (de madeiras) acontece nesses três estados. E, se as tarifas não forem revertidas, possivelmente pode colocar em xeque algumas indústrias", desabafa o presidente do Sindimadeira RS, Leonardo De Zorzi.

Para ele, as perspectivas do setor são negativas. "Não vemos 2026 como um grande ano, ao contrário, a gente vê o 2026 com extrema preocupação", acrescentou. Enquanto a abertura de novos mercados é vista como, de certa forma, utópica para sanar o problema e a reinserção de produtos no mercado interno não é capaz de compensar as exportações perdidas, ele acredita que apenas o fim das tarifas pode trazer um alívio.

Setor de carnes abre mais mercados na Ásia

O comércio de carnes e miudezas com o exterior teve uma variação positiva enquanto valor exportado. Entretanto, o volume destinado ao mercado internacional caiu 2,8%. O contexto é estável, embora os produtos tenham sido alvo do tarifaço de Trump.

"Diria que o tarifaço foi pior para os norte-americanos do que para o Brasil. Porque nós encontramos nossos caminhos no mercado mundial e conseguimos alavancar nossas vendas. É um ano em que, apesar do tarifaço conseguimos sair bem", analisa o coordenador de mercados da consultoria Safras & Mercado, Fernando Iglesias.

As exportações para os Estados Unidos do primeiro semestre do ano, inclusive, foram capazes de antever a tragédia do tarifaço. Afinal, houve um avanço no valor comercializado do setor pelo Rio Grande do Sul aos EUA de mais de 100% no acumulado de 2025 em relação ao ano anterior, embora no último quadrimestre do ano a queda tenha sido de 99% em relação ao mesmo período de 2024.

Nesse cenário, a abertura de novos mercados na Ásia foi uma salvação no segundo semestre do ano e um grande apoio no primeiro. Entre janeiro e setembro, os ministérios da Agricultura e

Pecuária (Mapa) e das Relações Exteriores (MRE) anunciaram que as tratativas com o continente oriental corresponderam a 37% do acumulado nas exportações agropecuárias do Brasil. Entre os novos importadores de produtos brasileiros, estão Egito e Índia.

Em 2024, as Filipinas passaram a importar carne suína gaúcha. Ao longo de 2025, o país foi o principal importador de carne suína do Estado, correspondendo a 43,64% das exportações do produto.

"Não há grandes possibilidades para os EUA dentro do mercado para não comprar a carne brasileira. Então, Trump removeu as tarifas adicionais para a carne bovina e o Brasil passa a ser muito competitivo no mercado norte-americano. Tanto que o que nós imaginamos para 2026 é que os EUA comprem bons volumes de carne aqui do Brasil", conclui Iglesias.

A perspectiva é compartilhada pelo economista-chefe da Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (Farsul), Antônio da Luz: "Trump mostrou, mais uma vez, o tamanho do agronegócio brasileiro. O mundo não funciona mais sem o agro do Brasil, que é o maior exportador líquido de alimentos do mundo."

A EDUCAÇÃO QUE TRANSFORMA O **FUTURO** DO **TRABALHO**

No **CIEE-RS**, transformamos a educação em oportunidades reais. Com nossos programas de estágio e aprendizagem, **conectamos empresas a jovens talentos**, promovendo uma integração eficaz entre a educação e o mercado de trabalho.

Contamos com o **ICTS – Instituto de Ciência, Tecnologia e Inovação Social**, um espaço dedicado à inovação, onde iniciativas, empresas e jovens se conectam para **criar soluções práticas de impacto social**.

Além disso, desenvolvemos diversos **projetos sociais** em todo o Estado, fortalecendo vínculos comunitários, ampliando oportunidades de formação e promovendo **inclusão produtiva para milhares de jovens**.

Siga nos acompanhando para ficar por dentro das **novidades e projetos** sociais que preparamos para **2026** e além.

 @ciee_rs

 @cieers

 @ciee-rs

 @cieers.org

 CIEE-RS

 (51) 3363-1000



CIEE
RS



POLO NAVAL

Após anos de instabilidades, polo naval de Rio Grande projeta retomada em 2026

Mobilização no canteiro deve começar no primeiro trimestre, com expectativa de até 1,4 mil empregos no pico da nova produção

Gabriel Margonar
gabrielm@jcrs.com.br

O polo naval de Rio Grande chega a 2026 em um ponto de inflexão. Após uma década marcada por ciclos de expansão abrupta, colapsos produtivos e frustrações recorrentes, a indústria naval do Sul do Estado volta a figurar no horizonte econômico com um cronograma mais definido, contratos firmados e a promessa de um período mais longo de atividade.

A retomada, no entanto, ainda carrega cautela – sobretudo entre trabalhadores – e depende da materialização, na prática, de anúncios feitos ao longo de 2025.

O marco mais concreto é o contrato assinado entre o consórcio Maré Nova, formado por Ecovix e Green Port, e a Transpetro para a construção de quatro navios da classe Handy Max. Depois de ajustes no cronograma, o início das obras passou a ser projetado para março de 2026, quando começa a mobilização de mão de obra no Estaleiro Rio Grande. Até lá, o foco segue nas etapas técnicas preliminares, consideradas determinantes para o ritmo da produção nos anos seguintes.

Segundo a Ecovix, o projeto já se encontra em fase avançada de engenharia e aquisição de matéria-prima. “A Ecovix está



Marco concreto é o contrato assinado entre o consórcio Maré Nova, formado por Ecovix e Green Port, e a Transpetro para a construção de quatro navios

executando os trabalhos de acordo com as obrigações contratuais com a Transpetro. Neste momento, estamos na fase de engenharia e de aquisição de matéria-prima, com o início da mobilização de mão de obra previsto para março de 2026”, afirma o CEO da empresa, Robson Passos. A partir desse ponto, as contratações devem crescer de forma gradual, acompanhando a entrada nas etapas industriais mais intensivas.

O cronograma prevê que, inicialmente, os trabalhadores sejam mobilizados para o

processamento de aço e preparação dos blocos de produção.

No pico da operação, estimado entre o segundo semestre de 2026 e o primeiro semestre de 2027, a Ecovix projeta cerca de 1,4 mil empregos diretos no estaleiro. Considerando os efeitos indiretos – cadeia de fornecedores, serviços e comércio –, o impacto total tende a ser significativamente maior, como ocorreu nos períodos de maior atividade do polo naval.

Atualmente, cerca de 220 profissionais já atuam no estaleiro, concentrados em atividades

de preparação estrutural, ajustes de equipamentos, configuração de maquinário e organização logística.

A execução do contrato dos Handy Max deve se estender por aproximadamente 45 meses, com a entrega do primeiro navio prevista para o fim de 2027. O investimento total estimado gira em torno de US\$ 278 milhões, e os navios terão capacidade para transportar entre 15 mil e 18 mil toneladas de porte bruto, com tecnologias que permitem reduzir em até 30% as emissões em comparação à frota

atual da Transpetro.

Do ponto de vista da empresa, um dos diferenciais deste novo ciclo é o fato de o estaleiro já dispor da infraestrutura necessária para o contrato. “O Estaleiro possui tecnologia e infraestrutura avançadas para a construção naval, de maneira que não foi necessário nenhum investimento para adequação ao contrato firmado com a Transpetro”, afirma Passos. Segundo ele, isso reduz riscos operacionais e permite concentrar esforços no cumprimento do cronograma e na qualificação das equipes.

Licitação para construção de navios gaseiros dá novo fôlego ao setor

O cenário ganhou uma nova camada de expectativa com a confirmação de que o Estaleiro Rio Grande venceu o lote B da licitação da Transpetro para a construção de cinco navios gaseiros destinados ao transporte de GLP e derivados. Embora o contrato ainda dependa de trâmites e da assinatura formal, a vitória no certame reforçou a percepção de que o polo naval pode entrar em um ciclo mais longo de produção, indo além dos quatro Handy Max já contratados.

Para a prefeita de Rio Grande, Darlene Pereira, a combinação dos dois projetos indica um horizonte mais robusto para a economia local. “O impacto é extremamente positivo. Esses contratos nos

dão fôlego e equilíbrio econômico, tanto pela geração de trabalho e renda quanto pelo aquecimento da economia, que melhora o consumo e fortalece o comércio e os serviços”, afirma. Segundo ela, além do emprego direto, há reflexos na arrecadação municipal ao longo do período de obras.

Considerando os dois contratos, a estimativa do Executivo municipal é de algo entre quatro e cinco anos de atividade contínua, podendo se estender caso novos projetos sejam conquistados. Um diferencial, no caso dos gaseiros, é que as embarcações deverão ser totalmente construídas em Rio Grande. Já os Handy Max terão os cascos produzidos no estaleiro gaúcho, com finalização no Rio

de Janeiro. Ainda assim, a prefeita avalia que ambos contribuem para consolidar a capacidade técnica do polo e fortalecer a posição da cidade em futuras licitações.

No campo da qualificação profissional, o município tenta evitar um dos gargalos históricos da indústria naval: a falta de mão de obra preparada no momento de aceleração das obras. Segundo Darlene, mais de 400 pessoas passaram por cursos de formação, requalificação e reciclagem promovidos pelo Senai ao longo de 2025, em parceria com o estaleiro.

Além disso, estão em discussão tratativas com o Sistema Fiergs para a construção de uma nova escola do Senai em Rio Grande, com capacidade para

atender cerca de mil alunos.

Apesar do discurso mais estruturado e do avanço técnico dos projetos, o clima entre trabalhadores é de desconfiança. O adiamento do início das obras, inicialmente previsto para o segundo semestre de 2025, reacendeu frustrações em uma cidade marcada por promessas não cumpridas.

Para o tesoureiro do Sindicato dos Metalúrgicos de Rio Grande (Stimmmg), Sadi Machado, os anúncios seguem distantes da realidade de quem depende do polo para trabalhar. “O contrato foi anunciado em fevereiro, e até hoje vivemos de expectativa. Muitos profissionais voltaram para Rio Grande achando que já haveria trabalho, e não há”, afirma.

Machado reconhece que os contratos são importantes, mas cobra previsibilidade e diálogo. Segundo ele, parte da categoria se mantém empregada apenas em atividades pontuais, como o desmanche de plataformas, com baixo potencial de contratação. “Foi feito barulho, mas quem realmente constrói ainda espera a oportunidade”, resume.

A Ecovix, por sua vez, afirma compreender a ansiedade da comunidade e sustenta que o ritmo atual é compatível com a complexidade do projeto. “O que podemos assegurar é que a empresa possui um contrato assinado com a Transpetro, que movimentará o estaleiro ao longo de 45 meses”, diz Robson Passos.

Educação internacional se consolida como estratégia de formação cidadã e desenvolvimento social no Rio Grande do Sul

Em um mundo marcado por transformações aceleradas, desafios sociais complexos e crescente interdependência global, a educação internacional vem ampliando seu papel e deixando de ser associada apenas à preparação para estudos no exterior. No Rio Grande do Sul, a Pan American School se posiciona como um agente ativo de desenvolvimento humano e social ao formar estudantes com visão global, responsabilidade comunitária e capacidade de atuar em contextos diversos, conectando excelência acadêmica a impacto local.

Única escola internacional oficialmente reconhecida pelo Conselho Estadual de Educação no RS, a Pan American School estrutura seu projeto pedagógico de forma intencional, alinhado a referências nacionais e internacionais. Segundo Bárbara Ribeiro, diretora do Programa Brasileiro da instituição, a missão da escola se traduz em práticas concretas no cotidiano escolar. "Nosso currículo é desenhado para promover o desenvolvimento integral dos estudantes, combinando rigor acadêmico com o ensino sistemático de habilidades socioemocionais essenciais para a formação de cidadãos críticos, éticos e globalmente engajados", afirma.

Essas competências, denominadas de Approaches to Learning Skills, estão presentes em todos os segmentos de ensino. Desde a educação infantil até o Ensino Médio, os estudantes desenvolvem habilidades como pensamento crítico, comunicação, autorregulação, empatia e colaboração, integradas à carga horária regular. "Essas aprendizagens não são tratadas como atividades complementares, mas como parte central do processo educativo", destaca Bárbara.

Ao ampliar o conceito de educação internacional, a Pan American reforça que seu objetivo não é formar alunos para um único destino acadêmico. "Preparamos os estudantes para múltiplas trajetórias, acadêmicas, profissionais e pessoais, tanto no exterior quanto no Brasil, inclusive com impacto regional", explica a diretora. A proposta pedagógica estimula o

engajamento com problemas reais, valorizando o contexto local. "Antes de tudo, somos uma escola gaúcha. Formamos alunos para aplicarem perspectivas globais nos seus contextos locais, fortalecendo suas raízes e ampliando horizontes", complementa.

O reconhecimento do Conselho Estadual de Educação confere segurança jurídica e transparência às famílias, assegurando que a escola atende integralmente à legislação brasileira e aos critérios que definem uma instituição internacional. Na prática, os estudantes podem concluir a trajetória acadêmica com até três diplomas, o brasileiro, o americano e a certificação internacional AP Capstone, o que amplia possibilidades e autonomia na escolha de caminhos futuros.

A escola também possui acreditação da New England Association of Schools and Colleges e autorização para aplicar os programas do International Baccalaureate. Esses selos de qualidade impactam diretamente o dia a dia em sala de aula. "Eles exigem metodologias ativas, projetos interdisciplinares, avaliação formativa e protagonismo do aluno no próprio processo de aprendizagem", explica Bárbara. Os estudantes são estimulados a investigar, refletir e aplicar o conhecimento em contextos reais.

Outro diferencial é o corpo docente multicultural, formado por professores de diversas nacionalidades e sólida formação acadêmica. Essa diversidade amplia repertórios, promove o diálogo intercultural e fortalece valores como respeito, empatia e pensamento crítico, competências indispensáveis para a formação humana em um mundo interconectado.

O compromisso social da Pan American se materializa em projetos de cidadania e sustentabilidade integrados ao currículo. Iniciativas de combate à pobreza menstrual, revitalização urbana, despoluição da água, programas esportivos em escolas públicas e mobilização comunitária em emergências colocam os alunos como protagonistas de transformações reais no Estado.

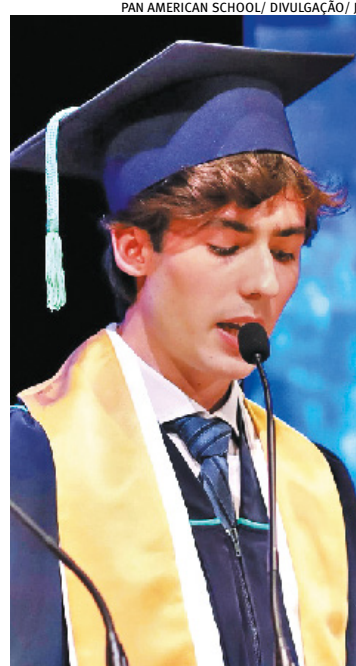
Um exemplo emblemático desse impacto é a tra-



Pan American School alia excelência acadêmica, impacto comunitário e visão global



Bárbara Ribeiro, diretora do Programa Brasileiro da instituição



Bernardo Dal Molin, ex-aluno, atualmente estudante da Stanford University



Frederico Fróes, formado há mais de dez anos, atua com estratégia e gestão de riscos na Invest RS

jetória do ex-aluno Bernardo Dal Molin, hoje estudante da Stanford University. Ainda adolescente, ele desenvolveu um projeto de reaproveitamento de óleo de cozinha para produção de sabão, doado ao Banco de Alimentos. "Iniciar e liderar iniciativas sociais despertou minha paixão por ajudar os outros e ampliou minha visão de mundo", relata Bernardo. O projeto recebeu reconhecimento internacional e deixou um legado ao ser doado a uma escola pública estadual.

Frederico Fróes, formado há mais de 10 anos pela escola e que atua com estra-

tégia e gestão de riscos na Invest RS, reforça essa conexão entre formação global e impacto local: "A escola nos ensinou que temos muito a aprender com outras culturas e novas experiências. Sair do nosso lar e tomar riscos pode sempre nos proporcionar aprendizados. Quando surgiu a oportunidade de voltar a Porto Alegre para trabalhar na agência de desenvolvimento do Estado, sabia que poderia contribuir com os conhecimentos que havia adquirido no exterior para o crescimento econômico do RS. Não foi nada mais que colocar em

prática os valores que havia aprendido na escola, juntando global com o local", afirma Frederico.

Para a Pan American School, histórias como essa confirmam sua visão educacional. "Educar é formar pessoas preparadas para viver, aprender continuamente e contribuir de forma significativa para a sociedade", afirma Bárbara Ribeiro. Em um contexto que exige líderes éticos, resilientes e conscientes, a educação internacional se consolida como uma estratégia concreta de desenvolvimento humano e social no Rio Grande do Sul.

DESENVOLVIMENTO

Ano será de obras e investimentos na indústria gaúcha

Estado se consolida como atrativo a projetos na área de tecnologia e inovação

Eduardo Torres

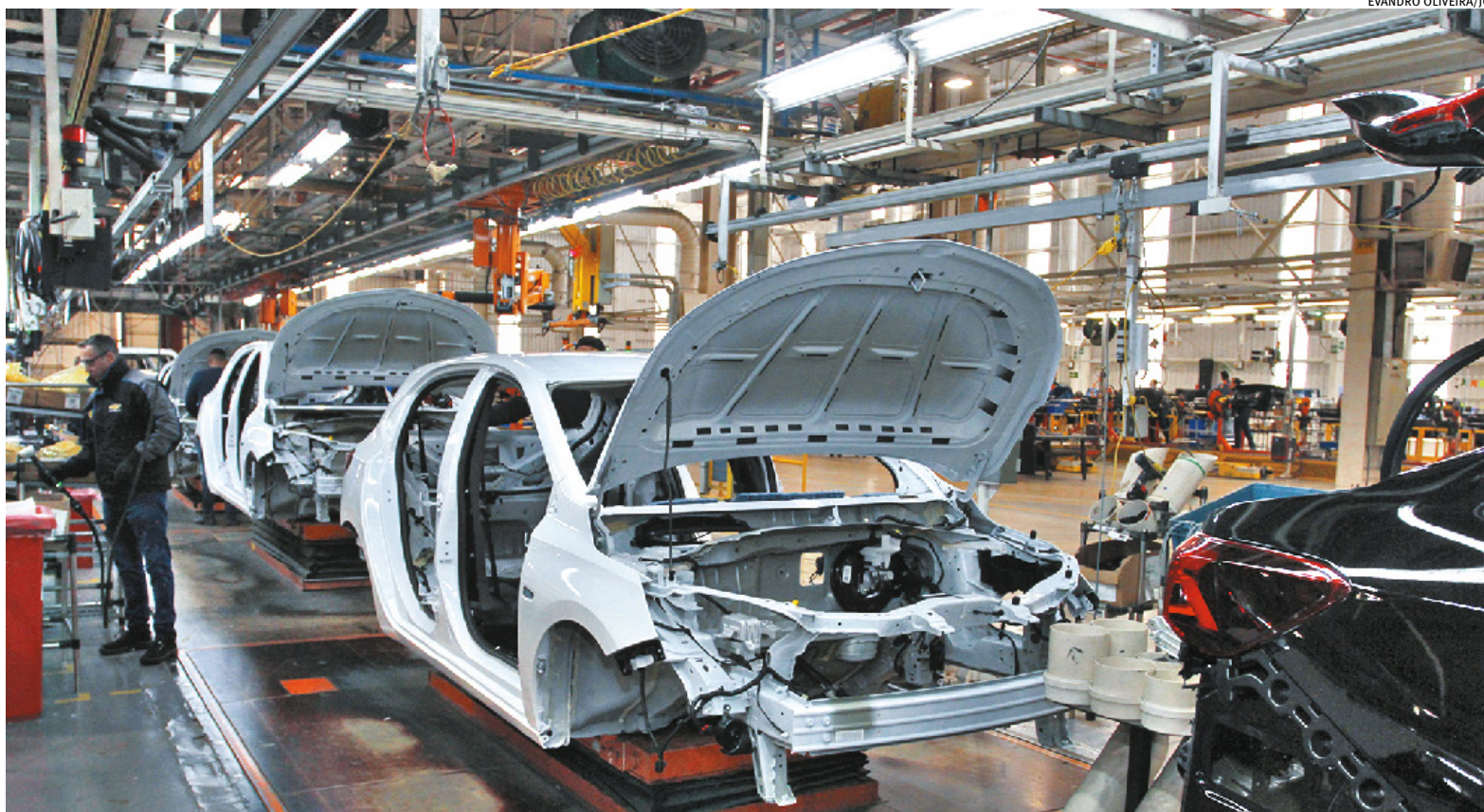
eduardo.torres@jcrs.com.br

As máquinas entrarão em campo, seja na produção ou no canteiro de obras em 2026. O setor industrial gaúcho avançará rumo a uma maior verticalização dos sistemas produtivos, especialmente em áreas consideradas estratégicas na economia. É o caso da cadeia de semicondutores que, em 2025, teve a confirmação do investimento de R\$ 1 bilhão da Tellecom Semicondutores, em Cachoeirinha, na Região Metropolitana de Porto Alegre, para um novo parque industrial especializado no encapsulamento de chips.

Em 2026, aponta o CEO da empresa, Ronaldo Aloise Júnior, estão no horizonte os primeiros passos das obras na área definida para o projeto, que tem o início da produção previsto para o final de 2027 ou início de 2028.

"Vamos iniciar o processo de licenciamento, a execução dos projetos-base da sala limpa e iniciar a construção. Também planejamos para 2026 iniciar as contratações de pessoal técnico, além da instalação do nosso Centro de Desenvolvimento e Pesquisa", detalha.

A confirmação do projeto aconteceu na esteira da entrada em campo da Invest RS, agência criada pelo Estado para, além de atrair investimentos, promover justamente o desenvolvimento de cadeias estratégicas e no caminho



Complexo da General Motors em Gravataí iniciará em 2026 a produção do novo lançamento da montadora, o modelo SUV Sonic, anunciado em 2025

da verticalização em solo gaúcho. Com uma carteira de R\$ 10,9 bilhões em investimentos potenciais prospectados no primeiro ano da agência, para 2026, o objetivo da Invest RS será colocar o Rio Grande do Sul ainda mais no foco de investidores internacionais.

E aí a demonstração de que o Estado é atrativo para a área tecnológica é essencial. Por exemplo, em 2024 já havia acontecido a confirmação da "cidade dos data centers", o Scala AI City, em Eldorado do Sul, que pretende colocar o Rio Grande do Sul no mapa dos data centers com capacidade para a Inteligência Artificial.

O projeto avançou pouco em 2025 e a expectativa é de que, em 2026, os processos de licenciamento andem.

No caso dos semicondutores, o Estado acompanha o boom de investimentos no setor em todo o mundo. Há perspectiva, aponta Aloise, de crescimento de 120% da demanda global até 2030. Agora, como define o empresário, é o momento de semear este abastecimento. Pensando na verticalização, são aportes que fortalecerão, além das indústrias eletrônicas, o estratégico setor automobilístico.

A expectativa é que 2026 seja um ano chave no pacote de

investimentos de R\$ 1,2 bilhão da General Motors em seu complexo automotivo de Gravataí. Depois de duas paradas técnicas, é quando está prevista a entrada em campo das máquinas e robôs do complexo para produzir o novo modelo SUV anunciado. O Chevrolet Sonic terá seu lançamento neste próximo ano, possivelmente com motores turbo flex. Há uma expectativa de que o modelo, mais adiante, também tenha uma versão de motor híbrido, o que demandará ainda maior desenvolvimento tecnológico no complexo gaúcho.

Em outra direção, e igualmente fomentando os semicondutores

e a indústria de alta tecnologia, o canteiro de obras começa a tomar forma já no início de 2026 em Guaíba para a construção do Aerocentro Integrado de Tecnologia e Inovação, o Aerociti, liderado pela Aeromot, e que teve sua pedra fundamental lançada em 2025.

De acordo com a vice-presidente da empresa, Crístiane Cunha, a previsão de conclusão da primeira fase de obras é para o final de 2027, com uma pista de 1,4 mil metros e uma fábrica de aeronaves. "Ao todo são 10 anos, mas essa primeira fase é o que vai estar catalisando todo o restante do empreendimento", diz a executiva.

Aporte bilionário em fábrica de celulose toma forma com produção mais limpa e vertical

TÂNIA MEINERZ/JC



CMPC começará as obras da nova planta industrial em Barra do Ribeiro

O cronograma da CMPC para o seu Projeto Natureza, o maior investimento privado da história do Estado, prevê início das obras para erguer a fábrica de celulose em Barra do Ribeiro em 2026.

Será o ano em que o maior complexo industrial de celulose da América Latina começará a tomar forma, com a soma das áreas industriais da multinacional entre Guaíba e Barra do Ribeiro. A operação deve iniciar em 2029, completando três plantas industriais entre os dois municípios, totalizando capacidade de 4,9 milhões de toneladas de celulose.

Também neste setor, a verticalização da produção avança. Até o início da operação, serão 650 mil hectares de florestas plantadas. E aí, a preocupação com a produção

limpa e ambientalmente correta também é maior. Em Guaíba, a caldeira de carvão, por exemplo, foi desativada. Haverá ainda um laboratório fitossanitário que dará suporte à rede de produtores vinculados à multinacional e, mesmo indiretamente, também apontará soluções a outras áreas de florestas plantadas no Rio Grande do Sul.

Em Rio Grande, a produção industrial mais "verde" e pioneira no País terá um grande impulso em 2026. É previsto para o primeiro trimestre do ano a entrada em operação da unidade de FCC – considerada o coração do refino de combustíveis – da Refinaria Riograndense, para a produção de combustíveis e químicos renováveis. De acordo com o diretor-superintendente da Refinaria

Riograndense, Lício França Gomes, a etapa de estudos de viabilidade de concepção tecnológica da conversão das instalações para o refino de combustíveis renováveis nesta planta foi concluída. Agora, há avanços na modelagem econômico-financeira e na engenharia. Na outra unidade de refino da Petrobras no Estado, a Refinaria Alberto Pasqualini (Refap), em Canoas, o próximo ano também acentuará a prioridade na produção mais limpa com a implementação de uma unidade de hidrotreatamento de diesel. E no Norte do Estado o processo de verticalização na produção mais "verde" também ganha reforço com a união das cooperativas Cotrisal, Cotrijal e Cotripal, formando a Soli3, em Cruz Alta, com aporte de R\$ 1,2 bilhão.

INVESTIMENTOS

Companhias do RS buscam ampliar capilaridade e diversificar produção

Empresas como Coca-Cola Femsa, Termolar e Inbetta investem para fortalecer suas presenças no Rio Grande do Sul

Eduardo Torres
eduardo.torres@jcrs.com.br

No ano seguinte à retomada da sua fábrica, com a estrutura mais moderna do País, em Porto Alegre, a Coca-Cola Femsa projeta, em 2026, fortalecer a sua presença no Rio Grande do Sul além dos portões da sua principal fábrica no Estado.

De acordo com o diretor de manufatura da Coca-Cola Femsa, Vinícius Micai, no próximo ano será iniciado um ciclo de R\$ 200 milhões em investimentos destinados às demais operações da empresa em solo gaúcho, que incluem a fábrica de Santa Maria e



Coca-Cola Femsa iniciará ciclo de R\$ 200 milhões em aportes na operação gaúcha

os centros de distribuição de Farroupilha, Passo Fundo, Pelotas, Porto Alegre, Santa Maria, Santo Ângelo e Vera Cruz.

"Pretendemos ampliar a oferta de produtos, com novas alternativas de consumo para os mais diversos momentos do dia.

Estamos expandindo o portfólio, por exemplo, do Guaraná Charua", explica Micai.

Na indústria de consumo, seja de produtos alimentares, bebidas ou utensílios, a diversificação, tanto na presença da produção quanto de produtos diferenciados

para atender novas demandas do consumidor é uma tendência em 2026.

A tradicional Termolar, por exemplo, antecipa que, ainda no primeiro trimestre, deve levar ao mercado uma linha de produtos que, como explica a presidente da empresa, Natalie Ardrizzo, representará "um pé" da Termolar fora do setor de térmicos, mas ainda na linha de utensílios.

O próximo ano também deve amadurecer os planos da empresa de retirar a sua produção de Porto Alegre para um município na Região Metropolitana.

É na região, por exemplo, que a Inbetta expande, com investimento de R\$ 405 milhões. Além da modernização da fábrica em Esteio, em 2026 a empresa deve consolidar um centro de distribuição em Sapucaia do Sul e a ativação de uma fábrica de fitas adesivas em Canoas.

Multinacional com sede na Serra aposta em tecnologia

Está na Serra um dos principais motores industriais gaúchos, com as multinacionais originárias dos setores metalmeccânico e eletrônico, como é o caso da Randoncorp, que prevê para 2026 uma demanda similar a 2025.

"Nossa expectativa para 2026 é de que a Randoncorp se mantenha resiliente, apoiada em uma gestão estruturante, eficiência operacional e presença estratégica em mercados-chave. Nossa prioridade será manter o equilíbrio entre expansão, desenvolvimento tecnológico e diversificação de soluções, com foco na capacidade de adaptação às tendências e condições de mercado", explica o vice-presidente executivo e CFO da Randoncorp, Paulo Prignolato.

2025 foi um ano de conquistas. 2026 será um ano de ainda mais oportunidades.

O Sindiatacadistas encerra 2025 com resultados que reforçam o compromisso com a representação, a defesa e o desenvolvimento do setor atacadista gaúcho.

Cada ação representa conexões, avanços e iniciativas que fortalecem o atacado e impulsionam o desenvolvimento do Rio Grande do Sul.

Obrigado pela confiança em 2025. Que 2026 traga mais inovação, união e oportunidades.

Sindiatacadistas RS
Sindicato Empresarial do Sistema Comércio

Representatividade

- Mais de **230 negociações** concluídas com novos Acordos e Convenções Coletivas.

Ações Coletivas Tributárias

- 14 teses ajuizadas** em nome das associadas, 6 já com trânsito em julgado.
- R\$ 130 milhões** de valores em recuperação para as empresas.

Programa Qualificar

- 46 cursos** realizados + **31 treinamentos** in company.
- 2.195 participantes** capacitados ao longo do ano.
- 29 oficinas** com fiscais e forças de segurança sobre fiscalização de bebidas alcoólicas.

Eventos

- Mais de **400 atacadistas** presentes no 1º Fórum Atacadista RS.
- 2 edições** do Café Tributário.
- 1 edição** do Café com RH.

Reconhecimento

- Homenagem** na Câmara de Vereadores de Porto Alegre.
- Prêmio** Atena da CNC na categoria Sindicato de Grande Porte.

AGRONEGÓCIO

Safra avança e prevê retomada no RS após dois anos de perdas

Estimativa de 40,7 milhões de toneladas projeta cenário favorável após períodos marcados por estiagens e instabilidades

Claudio Medaglia
claudiom@jcrs.com.br

A safra de grãos 2025/2026 se consolida no Rio Grande do Sul com expectativa de recuperação produtiva e manutenção de áreas estratégicas, mesmo diante da irregularidade climática registrada entre outubro e novembro. A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) projeta 40,7 milhões de toneladas, aumento de 13,3% sobre a temporada anterior, mantendo o Estado como o terceiro maior produtor nacional. O desempenho ainda refletirá limitações decorrentes das instabilidades climáticas, mas indica avanço consistente, especialmente na soja.

Paralelamente, os dados da Emater/RS confirmam o bom ritmo de plantio e a tendência de neutralidade climática no primeiro trimestre de 2026,

fator considerado decisivo após a estiagem que impactou a safra 2024/2025.

O diretor técnico da Emater/RS, Claudinei Baldissera, observa que a irregularidade das precipitações resultou em interrupções pontuais no plantio e estresse hídrico em regiões que ficaram até 20 dias sem chuva. Em contraponto, um ciclone extratropical atingiu o RS na primeira quinzena de dezembro, causando estragos em algumas culturas. A Conab monitora os efeitos do fenômeno, que trouxe fortes ventos e volumes elevados de precipitação.

Apesar desses episódios, a expectativa segue positiva. A tendência de retorno à neutralidade entre janeiro e março reduz o risco de perdas na fase crítica das lavouras e favorece não apenas os grãos, mas também fruticultura, olericultura e formação de pastagens para leite, corte e ovinocultura.

A soja é a base da retomada projetada para 2026, com intenção de plantio de 6,7 milhões de hectares, de acordo com a Emater, e safra de 21,4 milhões de toneladas, alta de 57,1%. A cultura

apresenta avanço acelerado de semeadura, passando de 9% no fim de outubro para 65% no fim de novembro, mesmo com baixa umidade no solo. Atualmente, mais de 80% já foram plantados. A recuperação, porém, está diretamente vinculada ao retorno a condições climáticas mais estáveis após a forte estiagem anterior.

O arroz registra redução relevante de área e produção em relação à safra passada. Dos 920 mil hectares projetados inicialmente pelos produtores – cerca de 5% abaixo do ciclo anterior –, 95% já foram cultivados. Mas o trabalho nas lavouras pouco evoluiu nos últimos dias, confirmando a estimativa do presidente da Federação das Associações de Arrozeiros do RS (Federarroz), Denis Dias Nunes. Com base nos números do Instituto Rio Grandense do Arroz (Irga), a Emater/RS estima produção de 8 milhões de toneladas, superior às 7,7 milhões de toneladas projetadas pela Conab.

Já o milho tem crescimento expressivo, com 817,1 mil hectares semeados na primeira safra, de acordo com a Conab, a maior



Área de soja deve alcançar 6,7 milhões de hectares no Rio Grande do Sul

área em duas décadas. A colheita projetada deve praticamente igualar as 5,4 milhões de toneladas da safra anterior, com queda de 12% na produtividade, de acordo com o último levantamento divulgado pela Conab, em 11 de dezembro. A irregularidade das chuvas gerou preocupação, mas o impacto já estava incorporado na projeção de produtividade.

Para as culturas de inverno, a Emater calcula uma produção de 3,4 milhões de toneladas de trigo, 0,6% menor que a inicialmente projetada, em 1,15 milhão de hectares. A área de aveia-branca está projetada em 398.885 hectares, que deverão resultar em 958,9 mil toneladas.

Destaque para a canola, com crescimento acelerado e produtividade elevada. Segundo a Emater, a área cultivada totalizou 176 mil hectares, e a produção chegou a 289,4 mil toneladas.

Conforme a Conab, a performance foi ainda melhor, com 209,9 mil hectares semeados – 43,7% a mais sobre a safra passada –, para uma colheita de 320,7 mil toneladas, 66,2% superior, com bons indicadores de qualidade e teor oleico próximo de 40%.

Por fim, a cevada tem área cultivada estimada em 33,5 mil hectares e produção de 110,2 mil toneladas, de acordo com a Emater.

A combinação entre plantio acelerado, recuperação da produtividade nas principais culturas e expectativa de clima neutro coloca o Rio Grande do Sul em trajetória de retomada após dois ciclos marcados por adversidades. Para 2026, tanto Emater/RS quanto Conab apontam um cenário de safra maior, mais estável e com potencial de recuperação econômica, ainda que dependente da consolidação das condições climáticas nos meses decisivos.

Clima impõe novo patamar de risco para o agro gaúcho em 2026

O ano de 2026 se desenha como mais um ciclo desafiador para a agricultura do Rio Grande do Sul, em um contexto marcado por maior variabilidade climática e ocorrência crescente de extremos. A avaliação é do agrometeorologista Gilberto Cunha, da Embrapa Trigo, com sede em Passo Fundo, que defende que o setor produtivo precisa ampliar o horizonte de planejamento e incorporar uma visão de médio e longo prazo para se adaptar ao novo regime climático.

Ele explica que as transformações observadas no Sul do Brasil – entre aumento de chuvas em alguns períodos, estiagens mais duradouras e eventos severos cada vez mais frequentes – tendem a persistir nos próximos anos. A trajetória recente, marcada por enchentes históricas em 2023 e 2024 e episódios relevantes de seca, reforça o padrão de oscilação intensa, o que exige maior preparo das propriedades.

O ciclo 2025/2026 será novamente influenciado pela

variabilidade associada ao oceano Pacífico, embora a intensidade do fenômeno La Niña prevista pelos modelos seja considerada moderada. Mesmo assim, em anos como esse, os volumes de chuva entre primavera e verão costumam oscilar entre a média e níveis ligeiramente inferiores, especialmente em janeiro e fevereiro – justamente o período mais sensível para a cultura da soja no Rio Grande do Sul.

As estimativas divulgadas pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e pela Emater/RS-Ascar apontam cenários considerados “realistas” pelo especialista da Embrapa, baseados em médias históricas e na evolução tecnológica das lavouras gaúchas. Cunha avalia que as projeções ainda estão sujeitas a ajustes, dependendo do regime de chuvas entre dezembro e fevereiro.

No milho, parte relevante do potencial produtivo já está condicionada ao comportamento climático observado no final da primavera. As chuvas recentes aliviaram o estresse hídrico em várias regiões, mas a distribuição

irregular permanece como fator de risco. A soja, embora tenha janela de plantio mais ampla, depende de precipitações regulares durante o enchimento de grãos para alcançar desempenho satisfatório. Cunha observa que o cenário não impede bons resultados, mas recomenda cautela ao falar em rendimentos máximos.

Ele lembra que, em anos de La Niña, toda a Bacia do Prata tende a registrar redução de oferta de grãos, o que influencia expectativas de mercado. Operadores observam a região como um conjunto, avaliando impactos potenciais sobre preços futuros e abastecimento.

Conforme o agrometeorologista, diante de um clima cada vez mais incerto, a adaptação do agro gaúcho passa por três eixos: manejo eficiente do solo, uso intensivo de tecnologias e fortalecimento do seguro agrícola. O primeiro pilar – e o mais decisivo –, aponta, é a construção de perfis de solo mais resilientes. A adoção de rotação de culturas, integração de espécies de cobertura e sistemas produtivos ativos o

ano inteiro melhora estrutura física, infiltração e retenção de água. Ele ressalta que esses efeitos não se constroem em uma única safra, mas ao longo de anos, e geram diferenças concretas em situações adversas. Levantamento da RTC identificou vantagem média próxima de 14 sacas de soja por hectare em propriedades com manejo superior durante a estiagem de 2019/2020.

O segundo eixo envolve tecnologias emergentes, como monitoramento por satélite, geoprocessamento e sensoriamento remoto, que ampliam a precisão das análises de risco e permitem decisões mais rápidas no campo.

Já o terceiro pilar – o seguro rural – passa por reestruturação. A forte sinistralidade recente reduziu a participação de seguradoras e resseguradoras no mercado gaúcho, fazendo o setor retornar a níveis semelhantes aos de uma década atrás.

Cunha avalia que a expansão sustentável do seguro depende de equilíbrio econômico e políticas públicas robustas de subvenção, como ocorre em países de agricultura avançada.



TÂNIA MEINERZ/JC

Lavouras de milho e soja estão entre as mais sensíveis a estresse hídrico

COOPERATIVISMO

Sistema cooperativo projeta um 2026 mais seguro para o setor

Estoques de grãos, clima mais regular e avanço das culturas de inverno dão previsibilidade ao próximo ano, avalia Ocergs

Claudio Medaglia
claudiom@jcrs.com.br

As cooperativas agropecuárias gaúchas iniciam 2026 com perspectiva mais favorável do que a registrada nos últimos ciclos, impulsionadas por estoques de grãos acumulados no final de 2025 e pela expectativa de um regime de chuvas mais regular ao longo do verão. A possibilidade de comercializar soja, trigo e canola já no primeiro trimestre oferece às cooperativas um reforço de caixa considerado estratégico para atravessar o período da colheita e reorganizar o planejamento financeiro do ano.

A avaliação é do presidente do

Sistema Ocergs, Darci Pedro Hartmann, para quem a combinação entre oferta de produto e tendência de normalização climática cria "um ambiente mais construtivo" para o desempenho do setor em 2026. Ele destaca que parte das áreas de soja foi implantada fora da janela ideal devido ao veranico de novembro, mas acredita que o potencial produtivo pode ser recuperado se as chuvas mantiverem ritmo regular em janeiro e fevereiro. Na visão do dirigente, o sistema cooperativo entra no novo ano com condições mais equilibradas, especialmente pela presença de grãos disponíveis para negócios e pela boa performance das culturas de inverno no final do ciclo anterior.

Hartmann observa que 2025 deixou um cenário marcado por contrastes. A quebra na produção de soja e milho reduziu receitas de diversas cooperativas, principalmente aquelas com

forte dependência dessas culturas. A colheita de trigo e canola, no entanto, ajudou a recompor oxigênio ao caixa no fim do ano.

Segundo ele, o arroz permanece como o segmento que passa pelo momento mais crítico, sobretudo devido à perda de competitividade e ao impacto direto sobre produtores e indústrias. O desempenho das proteínas animais foi mais positivo, com suínos e aves sustentando margens ao longo do ano. O leite, que havia registrado recuperação até meados de 2025, voltou a recuar no último trimestre e entra 2026 sob pressão, exigindo medidas emergenciais para restabelecer o equilíbrio do mercado.

A entrada em 2026 com estoques de soja e trigo é vista como um dos principais fatores de segurança pelas cooperativas. Hartmann explica que a possibilidade de comercialização imediata permite que o setor planeje o fluxo



Canola se consolidou como alternativa economicamente atrativa

de caixa com mais previsibilidade, garantindo a manutenção dos serviços aos associados e o atendimento à demanda por insumos e assistência técnica.

Ele também vê no avanço das culturas de inverno um vetor importante para reduzir riscos produtivos. A canola, em particular, consolidou-se como uma alternativa economicamente atrativa, estimulando investimentos em esmagamento e processamento dentro das cooperativas.

Em algumas regiões, a rentabilidade superou a da soja, e a tendência é de expansão de área em

2026. O trigo também deve manter relevância, com perspectivas ampliadas pela possibilidade de uso para produção de biocombustíveis.

Apesar da melhora no cenário, entraves estruturais seguem no centro das preocupações. A irrigação, essencial para reduzir perdas em anos de irregularidade climática, avança lentamente. E o crédito permanece um dos temas mais sensíveis. Hartmann destaca que parte dos recursos para alongamento de dívidas não chegou ao produtor por restrições bancárias. Para ele, ajustes nas regras deverão ser prioridade no início do ano.

Liberta Investimentos fortalece o planejamento patrimonial para proteger fortunas em tempos instáveis

A combinação entre incertezas políticas, mudanças recorrentes na legislação e um ambiente fiscal desafiador tem levado empresários e investidores brasileiros a reavaliar a forma como organizam e protegem seu patrimônio. Nesse contexto, o atendimento especializado, especialmente por meio do financial planning, vem se consolidando como ferramenta essencial para quem busca segurança, previsibilidade e alinhamento entre patrimônio e objetivos de longo prazo.

A instabilidade econômica e fiscal é um dos principais fatores de preocupação. Alterações frequentes nas regras tributárias dificultam o planejamento e ampliam a complexidade da gestão patrimonial. Entre os pontos que mais exigem

atenção estão a tributação de dividendos, a criação de um Imposto de Renda mínimo para pessoas físicas e a implementação gradual da reforma tributária baseada no modelo de Imposto sobre Valor Agregado. "São mudanças constantes que dificultam o planejamento e aumentam a insegurança de quem investe", avalia Eduardo Bugs, CEO da Liberta Investimentos.

Essas transformações impactam diretamente famílias empresárias, que historicamente utilizavam os dividendos como principal forma de retirada de recursos. Diante desse cenário, torna-se necessário revisar estruturas, buscar eficiência tributária e repensar estratégias de longo prazo com apoio técnico qualificado. É nesse ponto que o financial plan-

ning se diferencia ao ampliar o olhar da alocação de capital para além das aplicações tradicionais.

Esta abordagem analisa o patrimônio de forma integrada, considerando investimentos, participações societárias, imóveis, proteção patrimonial, sucessão e organização do fluxo de renda. "A indústria evoluiu quando passou a entender por que o cliente investe e o que ele quer construir com esse patrimônio", afirma Bugs.

Outro movimento que ganha relevância é a diversificação no mercado internacional, estratégia adotada para reduzir a concentração de recursos no ambiente doméstico, marcado por volatilidade e incertezas regulatórias. Embora o acesso a esses mercados esteja mais faci-

Conteúdo produzido pelo **Núcleo-i** para Liberta Investimentos
Conteúdo multimídia patrocinado



Financial planning se fortalece em estratégias patrimoniais de longo prazo

litado, a estratégia exige orientação especializada, capaz de avaliar riscos, impactos tributários e aderência ao planejamento patrimonial.

Nesse contexto, o Grupo Liberta oferece a seus clientes educação, gestão de recursos no exterior e modelos de assessoria e consultoria de investimentos. Fundada em 2002, é uma das pioneiras em oferecer todos os modelos de atendimento. São R\$ 8 bilhões sob custódia e mais de 15 mil clientes. Com duas operações independentes, a Liberta Wealth

e a L&S Investment Advisor, o grupo possui também a Liberta Investimentos, integrante da rede XP, figura entre os escritórios mais premiados do país, com sete assessores no Top 50 da plataforma, mais de 150 profissionais e sedes em Porto Alegre, Balneário Camboriú e Miami.

Em um ambiente econômico cada vez mais complexo, planejamento patrimonial e acompanhamento profissional tornam-se decisivos para proteger o patrimônio e alcançar objetivos com consistência.

Setor de biocombustíveis vive expectativa positiva

Sanção da Lei do Combustível do Futuro abre espaço para avanços

Jefferson Klein

jefferson.klein@jornaldocomercio.com.br

No que se refere ao mercado de biocombustíveis, a perspectiva para 2026 é a de que o segmento avance na mistura do biodiesel, chegando ao B16 (16% de participação na fórmula do óleo diesel) e ao E35 (35% de etanol na composição da gasolina). O apontamento é feito pelo presidente da Be8, Erasmo Carlos Battistella. Atualmente, os percentuais são, respectivamente, 15% e 30%.

Be8 é um dos principais agentes no País na área de biodiesel e se prepara também para atuar na produção de álcool (a companhia está construindo em Passo Fundo uma unidade de etanol a partir do processamento de cereais, que deve entrar em operação no final de 2026). Para Battistella, é fundamental que o setor e o governo trabalhem para abrir o mercado de exportação, pois o segmento cresceu. Outro ponto importante a ser focado, segundo o executivo, é a rentabilidade. Ele reforça que o setor precisa gerar resultado para continuar evoluindo de forma sustentável, tanto no aspecto econômico e social como no ambiental.

"Para o Rio Grande do Sul, o maior impacto do nosso trabalho será na cadeia produtiva através do fomento do triticale, do trigo e das culturas de inverno para a operação da fábrica de etanol e glúten vital (um concentrado proteico em pó obtido a partir da farinha de cereais)", afirma o presidente da Be8. Battistella adianta que serão fundamentais as parcerias que a



Cereais serão utilizados como matéria-prima para novas produções no Rio Grande do Sul

empresa está realizando com produtores, cerealistas e cooperativas para aumentar o fornecimento de matéria-prima.

O dirigente ressalta que para a empresa 2026 será um ano de consolidação dos projetos que estão em andamento – em especial, o empreendimento de etanol e uma iniciativa envolvendo o hidrogênio verde, para a qual a companhia tem 24 meses para implementá-la. Esse projeto-piloto, também sendo desenvolvido em Passo Fundo, prevê a instalação de um posto de abastecimento de caminhões extrapesados com motores adaptados, utilizando o hidrogênio verde produzido a

partir de etanol. Com investimento estimado em R\$ 38,7 milhões, a iniciativa busca avaliar a viabilidade técnica, operacional e econômica do uso do hidrogênio no transporte rodoviário pesado.

Por sua vez, o presidente do Conselho de Administração da Associação dos Produtores de Biocombustíveis do Brasil (Aprobio), Francisco Turra, elogia a sanção da Lei do Combustível do Futuro (Lei 14.993/2024). "Passamos a ter um marco regulatório que amplia o modelo de previsibilidade e segurança jurídica para investimentos de longo prazo no setor de biocombustível", comemora o dirigente.

Ele ressalta que a lei abre

espaço para diversos avanços concretos como, por exemplo, o aumento progressivo da mistura de biodiesel no diesel fóssil, caminhando para 20% em 2030, com possibilidade de chegar a 25% no futuro. Ao mesmo tempo, cria rotas e incentivos não apenas para o etanol e biodiesel, mas também para outros biocombustíveis – como biometano e diesel-verde – e para o combustível sustentável de aviação (SAF).

"Nesse contexto, estamos diante de um período de intensa expansão e reestruturação", diz Turra. O dirigente comenta que o setor verifica atualmente investimentos em aquisição de

empresas, modernização e ampliação de esmagadoras de soja, construção de novas usinas e expansão da capacidade instalada em plantas de biodiesel. Esses investimentos visam atender à demanda crescente de matéria-prima e combustível no cenário pós-lei.

"Importante também destacar o papel social e territorial dessa expansão: o regime legal favorece o uso de matérias-primas renováveis, incluindo aquelas oriundas da agricultura familiar. Isso contribui para a geração de renda no campo, diversificação da produção agroenergética e fortalecimento das cadeias produtivas locais, o que é especialmente relevante para estados como o Rio Grande do Sul", aponta o presidente da Aprobio.

A secretária estadual do Meio Ambiente e Infraestrutura, Marjorie Kauffmann, complementa que o Rio Grande do Sul tem crescido bastante no campo de biocombustíveis. "A gente amadureceu nessa área", frisa a dirigente. Ela recorda que em novembro esteve no município de Santiago, visitando o projeto da CB Energia, que irá produzir etanol a partir de trigo e de outros cereais.

Além da capacidade para fabricar 40 mil litros ao dia de etanol, que poderá ser o hidratado (usado como combustível veicular) ou o neutro (utilizado em cosméticos e bebidas), a unidade poderá produzir 25 toneladas de CO₂ ao dia (gás empregado pela indústria de refrigerantes e água mineral), álcool hospitalar e 30 toneladas diárias do concentrado proteico DDGS. "A importância da agricultura para a área energética só tende a aumentar nos próximos anos", conclui a secretária.

Candiota 3 ganha sobrevida, mas continua alvo de críticas de ambientalistas

A termelétrica a carvão Candiota 3, que estava operando de forma intermitente no mercado de curto prazo durante todo 2025, sem garantias de maior continuidade, teve no final deste ano a sua geração assegurada até 2040 pela Emenda 37, do senador catarinense Esperidião Amin (PP), à Medida Provisória (MP) 1304/25. Apesar desse novo fôlego, a usina continua provocando manifestações contrárias à sua manutenção por ambientalistas.

O gerente de Transição Energética do Instituto Internacional Arayara, John Fernando de Farias Wurdig, considera que, apesar de legalmente ter sido permitido o funcionamento de Candiota 3 por

mais 15 anos, a operação da usina é insustentável. "Há problemas relativos a violações das emissões atmosféricas e do não atendimento à legislação ambiental", acusa Wurdig.

Ele salienta que, em pleno ano da 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP 30) no Brasil, foi possibilitada pelo Congresso Nacional e pelo governo federal (que não vetou a questão) a continuidade da termelétrica a carvão. O integrante do Instituto Internacional Arayara pondera que foi usado o discurso de preservar os trabalhadores para que fosse garantida a continuidade da usina no município de Candiota, contudo, de

acordo com ele, foi um argumento inválido.

Wurdig lembra que há ações civis públicas que questionam Candiota 3, pedindo a suspensão da licença de operação da térmica devido aos passivos ambientais do complexo. Ele lembra que a licença da usina vence em abril de 2026 e caso não seja renovada pelos problemas ambientais, a termelétrica irá fechar. "E a usina fechando, não está garantida a transição energética justa e sustentável, o emprego desses trabalhadores, a aposentadoria compulsória e a requalificação deles em outros empregos e nem a recuperação ambiental dos passivos e o abatimento das emissões

de gases de efeito estufa já gerados", enfatiza o representante do Instituto Internacional Arayara.

Já o presidente da Associação Brasileira do Carbono Sustentável (ABCS), Fernando Zancan, manifesta otimismo quanto ao futuro da usina gaúcha. "Candiota 3 passou do estado da insegurança para o da segurança", afirma o dirigente. Ele argumenta que a possibilidade de ter um contrato de longo prazo permite à usina planejar investimentos, observar novas tecnologias e fazer estudos.

"Eu tenho certeza que a Âmbra (empresa responsável pelo empreendimento) está trabalhando tudo isso inclusive sob o enfoque da redução da pegada de

carbono", diz Zancan. O presidente da ABCS lembra que recentemente uma delegação de representantes da Âmbra, assim como dos governos gaúcho e federal, esteve na China para acompanhar tecnologias de captura de CO₂.

A termelétrica gaúcha tem uma potência instalada de 350 MW, suficiente para atender a aproximadamente 1 milhão de pessoas. O consumo médio de carvão do complexo, em condições normais de operação, é de cerca de 1,5 milhão de toneladas ao ano. Procurada pela reportagem do Jornal do Comércio, a Âmbra preferiu não se pronunciar no momento sobre os planos para Candiota 3.

INFRAESTRUTURA

Leilão de BRs na Metade Sul deverá ocorrer em agosto

O certame envolve 456,2 quilômetros das BRs-116 e 392

Jefferson Klein

jefferson.klein@jornaldocomercio.com.br

A expectativa é que o certame da nova concessão do Polo Rodoviário de Pelotas, que passará a ser chamada de Rota Portuária do Sul, ocorra em agosto do próximo ano. O certame envolve 456,2 quilômetros das BRs-116 e 392, ligando municípios como Camaquã, Rio Grande, Pelotas, Santana da Boa Vista e Jaguarão. Apesar da perspectiva, o contrato vigente com a Ecovias Sul expira meses antes da disputa: em março de 2026.

Segundo informações da assessoria especial de Comunicação do Ministério dos Transportes, com o encerramento do contrato atual, o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) deverá assumir o trecho, garantindo segurança e condições adequadas de trafegabilidade até a conclusão do processo licitatório da nova concessão. Ainda conforme a pasta, a Rota Portuária do Sul "é estratégica por conectar o interior produtivo ao Porto do Rio Grande, constituindo o principal corredor de escoamento de grãos, carnes, madeira, insumos industriais e produtos manufaturados".

O projeto prevê investimentos superiores a R\$ 6,2 bilhões em Capex (investimento de capital, como infraestrutura, equipamentos e tecnologia) e R\$ 4,59 bilhões em Opex (operações como socorro médico e mecânico, por exemplo). Entre as melhorias programadas estão 83,37 quilômetros de duplicação, 38,58 quilômetros de vias



Contrato atual da Ecovias Sul termina em março de 2026

marginais, 57 dispositivos e interseções novos ou remodelados, 39 passarelas (novas e modernizadas) e dois pontos de parada e descanso para caminhoneiros.

A nova concessão substituirá o contrato vigente da Ecovias Sul, originalmente firmado pelo Estado do Rio Grande do Sul e posteriormente transferido à União por decisão judicial. O acordo atual, segundo o Ministério dos Transportes, não atende às diretrizes da política federal de outorgas e pratica tarifas de pedágio superiores às observadas nos leilões recentes pela pasta.

O novo modelo trará gestão por incentivo, permitindo reajustes tarifários somente após a entrega das obras, o que, de acordo com o ministério, alinha os investimentos ao interesse público e garante melhor relação custo-benefício aos usuários. A cobrança será feita pelo sistema de livre passagem (free-flow), proporcionando distribuição mais adequada dos pontos de pedágio, menor custo operacional e tarifas mais justas e

proporcionais ao percurso.

A rodovia é considerada uma estrutura essencial para acessar o Porto do Rio Grande. O diretor-presidente do Terminal de Contêineres (Tecon) Rio Grande, Paulo Bertinetti, espera que a nova licitação do empreendimento seja realizada celeremente. "O governo já deveria ter preparado um edital, já deveria ter colocado isso na rua", defende o dirigente.

Em nota, a Ecovias Sul afirma que se mantém à disposição do Ministério dos Transportes e da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) para cumprir o período de contrato tampão entre o fim da concessão e o novo leilão, a fim de viabilizar um processo de transição adequado entre concessões. "Assim, os serviços seriam mantidos, a manutenção das rodovias estaria garantida e a segurança viária ficaria assegurada", aponta a empresa em nota. Quanto ao leilão, a companhia diz que certamente estudará o edital, tendo como foco a participação no certame.

Governo estadual mantém otimismo para concessão de blocos 1 e 2 de rodovias, apesar de críticas

"As perspectivas são as melhores possíveis em relação às concessões dos blocos 1 e 2 de rodovias", afirma o secretário estadual da Reconstrução, Pedro Capeluppi. Ele ressalta que o governo federal e diversos estados estão apostando nas concessões para ampliar seus investimentos e melhorar sua malha rodoviária.

O bloco 1 abrange 454 quilômetros em estradas já existentes nas ERS-020, ERS-040, ERS-115, ERS-118, ERS-235, ERS-239, ERS-466 e ERS-474. Além disso, o contrato define a construção da ERS-010, na região Metropolitana de Porto Alegre. Já o bloco 2 compreende 409 quilômetros nas ERS-128, ERS-129, ERS-130, ERS-135, ERS-324 e RSC-453.

Capeluppi detalha que o bloco 2 teve seu edital publicado e o leilão está previsto para o dia 13 de março do ano que vem. "Já tivemos consórcios interessados conversando com a gente e acredito que teremos participantes no leilão", projeta o secretário. O bloco 1, segundo ele, está em outra fase. Ele detalha que recentemente foi encerrado o período de consulta pública sobre a iniciativa.

Conforme o secretário, o próximo passo do bloco 1 será o edital, com expectativa de publicação em março, e a realização do leilão em junho. Apesar do otimismo de Capeluppi, em reunião realizada em dezembro pela direção da Federação das Entidades Empresariais do Rio Grande do Sul (Federasul), a entidade firmou posição contra o projeto de concessão do bloco 1 de rodovias. "A nossa proposta é começar a discussão do bloco 1 do zero e reconstruir um novo projeto com o governo do Estado, tendo a participação do Sindicato das Empresas de Transportes de Carga e Logística do Rio Grande do Sul (Setcergs) e do Parlamento

gaúcho", salientou o presidente da entidade, Rodrigo Sousa Costa.

Quanto ao bloco 2, após uma audiência pública realizada na Assembleia Legislativa, no dia 10 de dezembro, o deputado estadual Claudio Branchieri (Podemos) afirmou haver uma série de inconsistências que, segundo ele, distorcem o cálculo da tarifa e aumentam o custo para o usuário.

Ele frisou que o edital projeta tarifa de R\$ 0,1892 por quilômetro. Branchieri, no entanto, afirma que o pilar central do modelo – o WACC (Custo Médio Ponderado de Capital) regulatório, que define o retorno da futura concessionária – foi construído sobre premissas equivocadas. O parlamentar ressaltou que o Tribunal de Contas do Estado (TCE) já havia identificado erros relevantes como uma metodologia incorreta para calcular o retorno de mercado. Quando corrigidos, esses fatores reduziram o WACC de 10,93% para 9,17%.

Já o presidente da Câmara Brasileira de Logística e Infraestrutura, Paulo Menzel, espera que realmente seja confirmada a realização dos leilões dos blocos 1 e 2 de rodovias. Ele alerta que a reivindicação da sociedade pode fazer com que os certames passem por reajustes na sua modelagem, o que pode atrasar o processo.

O dirigente ressalta que o governo estadual não tem um fluxo de caixa que comporta essa espécie de investimento em infraestrutura, por isso é necessária a entrada da iniciativa privada. "A rodovia é um ser vivo e a cada segundo que esse ser vivo não é cuidado de forma adequada, ele vai se deteriorando", adverte o representante da Câmara Brasileira de Logística e Infraestrutura. Ele acrescenta que se uma concessão demora muito a acontecer, ela acaba se tornando cara porque a estrada fica em mau estado.

Decisão sobre desmembramento da concessão da malha férrea Sul acontecerá em 2026

A concessão ferroviária da Malha Sul vence em fevereiro de 2027, mas conforme declarações já emitidas publicamente pelo ministro dos Transportes, Renan Filho, a atual concessionária, a empresa Rumo, não terá seu contrato prorrogado. A questão que está aberta, e que deverá ser definida no começo do próximo ano, será se a nova concessão terá a mesma dimensão da atual ou desmembrada em mais de um bloco.

A Malha Sul é composta por cerca de 7,2 mil quilômetros de ferrovias distribuídos nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo. Em solo

gaúcho, o trecho inicial concedido compreendia 3.823 quilômetros, antes das enchentes do ano passado eram 1.680 quilômetros operados e, após a catástrofe climática, passou para 921 quilômetros.

Se for dividida a concessão, a hipótese que está sendo debatida no momento prevê três blocos de ativos em Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul. Os blocos que abrangeriam trechos no território gaúcho são denominados corredores Rio Grande e Mercosul. O primeiro, abrangendo apenas o solo gaúcho, conectaria municípios como Cruz Alta, Santiago, Santa Maria, Bagé, Pelotas e Rio Grande.

Já o segundo, ligaria os três estados da Região Sul do País e no Rio Grande do Sul conectaria cidades como Vacaria, Estrela, Passo Fundo, Cachoeira do Sul, Santa Maria, Cacequi e Uruguaiana.

A gestão da Rumo tem sido alvo de muitas críticas de abandono e sucateamento das linhas férreas no Rio Grande do Sul. "Trem não existe", critica o diretor-presidente do Terminal de Contêineres (Tecon) Rio Grande, Paulo Bertinetti, sobre a atual condição do transporte ferroviário no RS. Segundo ele, a Rumo está focada em um trecho que é o mais rentável no Estado, que é o de Cruz Alta – Rio

Grande, com grãos indo para o Porto do Rio Grande e fertilizantes saindo do complexo. "O resto ela simplesmente abandonou, como ela abandonou o contêiner, assim que assumiu", reclama Bertinetti.

Essa situação, enfatiza o dirigente, faz com que muitas cargas que poderiam ser escoadas pelo Rio Grande do Sul sejam transportadas por Santa Catarina. "Nós precisamos da volta das ferrovias", enfatiza o presidente da Câmara Brasileira de Logística e Infraestrutura, Paulo Menzel. Ele comenta que a dependência do modal rodoviário não é saudável. Além disso, o dirigente manifesta preocupação

quanto à perspectiva de que o leilão da malha férrea no RS seja dividido em mais de um bloco.

Em nota, a Rumo afirma que o "futuro da concessão da Malha Sul é discutido no Grupo de Trabalho liderado pelo Ministério dos Transportes. O comunicado acrescenta que "vale destacar ainda, em consequência das mudanças na dinâmica econômica e nas fronteiras agrícolas ao longo das décadas, alguns trechos já estavam inoperantes ou apresentavam operação deficitária desde a gestão estatal pela RFFSA, com prejuízo diário ao erário." A empresa ressalta que permanece em diálogo com a União.



"Em 2025, mostramos que o Rio Grande do Sul pode ir além da recuperação. Entregamos o maior pacote de investimentos em décadas: avançamos em segurança pública, infraestrutura, saúde, educação e inovação, com contas equilibradas e um ambiente de negócios mais competitivo. Agora, em 2026, nossa estratégia é acelerar esse ciclo, atrair mais investimentos, gerar oportunidades e transformar resultados fiscais em mais qualidade de vida. O RS do futuro já está em construção e seguirá sendo referência de resiliência, desenvolvimento e confiança."

Eduardo Leite (PSD), governador do Estado



"Em 2025, Porto Alegre viveu um ano de recuperação e de retomada da confiança no seu futuro. Para 2026, nossa expectativa é consolidar um ciclo de investimentos que une obras estruturantes e ações sociais, impactando positivamente a vida das pessoas. Queremos deixar como legado uma cidade mais segura, humana e resiliente para as próximas gerações de porto-alegrenses."

Sebastião Melo (MDB), prefeito de Porto Alegre



"Novas regras do Imposto de Renda despejando um bom dinheiro na economia, inflação sob controle, juros podendo baixar, tem tudo para ser um bom 2026. Precisamos, no próximo período, construir políticas que deem um maior dinamismo à economia gaúcha, pois temos um desempenho abaixo da média nacional e abaixo da economia dos nossos vizinhos do Sul."

Pepe Vargas, deputado (PT), presidente da Assembleia Legislativa



"Chegaremos a 2026 com tarefas inadiáveis: destravar a renegociação das dívidas dos produtores para que o crédito volte a chegar na ponta. Ao mesmo tempo, o RS tem que tirar do papel as obras de prevenção a enchentes e acelerar investimentos em estradas, ferrovias e energia, reduzindo custos logísticos e atraindo a agroindústria."

Luis Carlos Heinze (PP), senador



"O Congresso precisa se voltar para políticas humanitárias e deixar de ser um balcão de negócios. A aprovação do fim da escala 6x1 e a redução da jornada para 40 horas semanais, sem redução de salário, são exemplos do nosso compromisso. Também vamos priorizar a tarifa zero no transporte público, o custeio da Previdência e o Fundo da Igualdade Racial."

Paulo Paim (PT), senador



"2026 será decisivo para o campo conservador. O êxito depende da união de forças e da clareza de propósitos. A exclusão injusta de Jair Bolsonaro da eleição simboliza a resistência aos excessos institucionais. Na economia, indicadores apontam para a urgência de corrigir rumos. O Brasil deve se afastar das autocracias e se aproximar das nações que defendem a democracia e os valores do Ocidente."

Hamilton Mourão (Republicanos-RS), senador



"Que 2026 seja um ano para florescer ideias e estreitar vínculos. Em um mundo que pede esperança e coragem, o Banrisul acredita na força das pessoas para transformar projetos em conquistas. Queremos seguir apoiando iniciativas que promovam bem-estar, conectem propósitos e abram novos caminhos."

Fernando Lemos, presidente do Banrisul



"Acredito que seguiremos em 2026 no processo de retomada econômica, com o RS atraindo importantes investimentos. Precisamos de um ciclo sem surpresas negativas por fatores externos, como eventos climáticos ou tarifas, para efetivamente crescermos acima da média nacional e em diferentes setores."

Ranolfo Vieira Júnior, diretor de Operações do BRDE



"O Sicredi segue expandindo sua atuação a cada ano, consolidando um modelo de negócio centenário tanto no campo quanto na cidade. Em 2026, mesmo com um cenário desafiador, o foco permanece no fortalecimento do desenvolvimento regional e local, por meio de um trabalho que vai além da questão financeira."

Márcio Port, presidente da Central Sicredi Sul/Sudeste



"Em 2026, a construção civil no RS projeta crescimento moderado. O setor mantém fundamentos positivos, como avanços em fontes alternativas de crédito, ajustes na política habitacional e maior integração entre inovação e produtividade. Almejamos um 2026 com ambiente econômico favorável, para uma retomada, com impacto em emprego, investimentos e desenvolvimento."

Claudio Teitelbaum, presidente do Sinduscon-RS



"Estamos iniciando um novo ciclo de crescimento, a partir da inauguração, este ano, da nossa nova sede, que 'pertence' à totalidade dos que integram o Sistema Cooperativo Empresarial Unimed-RS, liderado pela Unimed Federação/RS e presente em 100% do território gaúcho."

Nilson Luiz May, presidente da Unimed Federação/RS



"2026 deve marcar um ciclo de maior dinamismo para a economia brasileira e para o Rio Grande do Sul. A Copa do Mundo estimulará o consumo e os serviços, enquanto o ano eleitoral tende a ampliar investimentos e movimentar a atividade econômica. Somam-se a isso a expectativa de estabilidade inflacionária e melhora no mercado de trabalho, fatores que fortalecem a confiança do consumidor. Esse conjunto cria um ambiente favorável para que o varejo gaúcho avance com mais segurança e alcance resultados significativos."

Irio Piva, presidente da CDL POA



"O ano de 2026 será ainda de resiliência e fortalecimento para o varejo, área que mexe com Porto Alegre e o Rio Grande do Sul. O comércio é a espinha dorsal da nossa economia, gera empregos e movimentar a cidade. Depois dos desafios que enfrentamos, chegou a hora da retomada. O Sindilhojas segue ao lado dos lojistas com representatividade, capacitação e ferramentas para crescer. Acreditamos num varejo mais forte, competitivo e preparado. Porque quando o comércio prospera, toda a cidade prospera junto."

Arcione Piva, presidente do Sindilhojas Porto Alegre



"2026 será de grandes desafios, visto que teremos eleições, que a política não está pacificada e que a política econômica se mostra fragilizada. Será um momento de adaptação à reforma tributária e temos, ainda, as questões do meio ambiente e da tecnologia que mudam muito as realidades que vivemos. Esperamos um ano de muito trabalho e, sim, possibilidades, pois nos desafios encontram-se também as oportunidades. Manter-se informado e aberto a entender as mudanças, adaptando-se rapidamente, serão atitudes que precisaremos ter."

Ivonei Pioner, presidente da Federação Varejista do RS



"A economia do Rio Grande do Sul está atravessando esse problema tarifário, mas nós estamos trabalhando bastante aqui, principalmente com a nossa interiorização, tentando ajudar as indústrias do Estado a melhorar seu desempenho. Eu acho que a logística é o grande problema em que precisamos focar, assim como o nosso fundo constitucional. Acho que o fundo constitucional vai mudar a cara do Rio Grande do Sul."

• Claudio Bier, presidente do Sistema Fiergs



"2025 foi marcado por conflitos internacionais e disputas comerciais que impactaram a economia e aumentaram incertezas. No Brasil, vivenciamos taxa de juros elevada e desaceleração econômica. O desequilíbrio das contas públicas é ponto-chave, e defendemos a Reforma Administrativa e outros ajustes estruturais de gastos como saída. O cenário de 2026 aponta para uma economia morna, intensificando a desaceleração. No RS, o PIB deve ter crescimento maior que o do Brasil, impulsionado pela recuperação gradual após eventos climáticos e pela potencial maior safra, ainda cercada de incertezas relacionadas ao clima."

• Luiz Carlos Bohn, presidente da Fecomércio-RS



"Em 2025, enfrentamos obstáculos que ainda exigem soluções, mas também conquistamos avanços, como a consolidação da atividade produtiva como parte das soluções para os problemas climáticos, destacada na COP30. Seguiremos atuando com determinação em defesa dos produtores rurais gaúchos. Os desafios serão maiores, com pautas como a securitização, e eleições decisivas para o futuro. Com união entre entidades e sociedade civil, construiremos um futuro promissor."

• Domingos Velho Lopes, presidente eleito da Farsul



"A superação dos desafios do RS depende de nossa capacidade de resgatarmos valores e virtudes que vimos em maio de 2024, capacidade de encontrar consensos rápidos, do público atuar com o privado, facilitando a geração de riquezas. Nossa capacidade de evoluirmos desta postura beligerante para uma cultura que transige em prol do bem comum."

• Rodrigo Sousa Costa, presidente da Federasul



"2026 será um ano especial para o nosso Estado e País, pois, os brasileiros irão às urnas. Aqui no Estado, ficou muito claro que as profissões das Engenharias, Agronomia e Geociências precisam estar mais do que nunca na pauta permanente dos programas políticos. A visão da Engenharia como política de Estado é imprescindível."

• Nanci Walter, presidente do CREA-RS



"2026 será um ano de transição, marcado pela reforma tributária, pelas eleições e por mudanças que exigirão articulação. A Fetransul atuará alinhada à CNT para defender os interesses das transportadoras, fortalecer a base parlamentar do transporte, ampliar o diálogo com outros setores e consolidar a imagem do Sistema Transporte."

• Francisco Cardoso, presidente da Fetransul



"Acredito que 2026 será um ano desafiador, potencializado pelos feriados prolongados, além de eventos como a Copa do Mundo e as eleições. Ainda assim, acredito que também será um período de grandes oportunidades para as empresas que estiverem organizadas e bem estruturadas."

• Delmar Albarello, presidente do Setcergs



"As perspectivas do mercado atacadista estarão na dependência de um contexto econômico com taxa de juros em queda lenta, inflação na faixa de 3,9% e as possíveis influências do ano eleitoral. Esse cenário exigirá dos empresários uma atenção redobrada no controle de custos de suas operações."

• Zildo De Marchi, presidente do Sindiatacadistas



"Em 2026, o cooperativismo entra em uma fase de consolidação, com uma gestão cada vez mais profissional, orientada por indicadores, inovação e qualificação das pessoas. Será um ano decisivo para reforçar, no debate eleitoral, que as cooperativas são parte essencial das soluções para o desenvolvimento."

• Darci Hartmann, presidente do Sistema Ocergs



"Alguns fatores vão impactar positivamente na economia, como a isenção do Imposto de Renda para salários de até R\$ 5 mil e a ocorrência da Copa. Será um ano de muito trabalho e incertezas, mas os supermercados serão aliados dos consumidores."

• Lindonor Peruzzo Junior, presidente da Agas



"A prefeitura anunciou recursos financeiros, dentro do programa POA Futura para os próximos anos, mas que já trazem efeitos. O anúncio projeta um cenário de crescimento, segurança jurídica e ânimo para os que aqui empreendem. O ano de 2026 tem tudo para ser promissor."

• Suzana Vellinho Englert, presidente da ACPA



"O setor de combustíveis e energia vive um período de grandes mudanças, e isso abre espaço para quem trabalha com propósito e visão de longo prazo. Seguimos fortalecendo nossos negócios consolidados, ampliando presença onde faz sentido e investindo em inovação. Também estamos atentos à transição energética, garantindo segurança aos nossos clientes. Acreditamos no valor das pessoas e na força de um mercado que segue gerando oportunidades. Com união e responsabilidade, vamos continuar deixando um legado."

• Neco Argenta, presidente da Argenta



"Para 2026, projetamos um ano de consolidação e avanço para a Panvel. Seguiremos expandindo nossas marcas próprias, fortalecendo o digital e acelerando iniciativas de sustentabilidade que ampliam nosso impacto positivo. Mesmo com um ambiente econômico que exige atenção, vemos espaço para crescer com disciplina, eficiência e inovação. Estaremos preparados para atender um consumidor mais exigente e entregar mais valor à sociedade."

• Julio Mottin Neto, CEO do Grupo Panvel



"Temos plena confiança que o ano de 2026 será muito positivo e marcante. Permaneceremos lado a lado com o povo gaúcho, trabalhando para alcançar nossas metas e auxiliar cada vez mais com o desenvolvimento deste Estado que tão bem nos acolhe desde nossa chegada, há mais de 15 anos. Seguiremos avançando com o Projeto Natureza CMPC, maior investimento privado da história do Rio Grande do Sul, e que conta com aporte de R\$ 27 bilhões. Com ele, proporcionaremos melhorias estruturais, logísticas e de competitividade para o RS, além de consolidar a região de Barra do Ribeiro e Guaíba como um polo global de celulose."

• Francisco Ruiz-Tagle, CEO da CMPC

Receio e incertezas balizam cenários do setor metalmecânico

Lideranças dos principais polos gaúchos projetam desempenho do próximo ano abaixo ou, no máximo, estável em relação a 2025

Roberto Hunoff, de Caxias do Sul
economia@jornaldocomercio.com.br

Os sentimentos de receio e incertezas são senso comum para definir as perspectivas para o próximo ano das lideranças representativas dos sindicatos empresariais dos principais polos da atividade metalmecânica do Rio Grande do Sul. Ainda que com algumas exceções pontuais de resultado positivo, a projeção é de um ano com atividade produtiva inferior ou, no máximo, similar à esperada para 2025.

De acordo com Ubiratã Rezler, presidente do Simecs (Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Caxias do Sul e Região), entidade que representa em torno de 4,5 mil empresas em 17 municípios da

Serra Gaúcha, 2025 já será abaixo do ano passado, marcado pelas enchentes no Estado, mas de pouca influência no resultado das empresas locais. "Grandes empresas precisaram adotar flexibilização de jornada e férias coletivas neste ano, o que não ocorreu em 2024. A agenda econômica atual não beneficia a indústria", definiu Rezler, ao destacar que este quadro se estende de forma crítica à cadeia de fornecedores, formada em sua maioria por micro e pequenos empresários.

O presidente do Simecs entende que políticas populistas, aumento de auxílio assistencial e falta de controle de gastos públicos têm agravado o cenário econômico, levando a quedas sequenciais de produção e faturamento, por consequência, na geração de empregos. "O setor fechará o ano com uma redução de 400 a 500 vagas no quadro de colaboradores. Situação que deve ter continuidade em 2026", alerta.

Rezler elenca como principais desafios para 2026 a instabilidade

Cautela e preocupação na Região Metropolitana

O presidente do Simecan (Sindicato das Indústrias Metal-mecânicas e Eletroeletrônicas de Canoas e Nova Santa Rita), Roberto Machemer, define o cenário de 2026 como preocupante, com pouco espaço para investimento em razão do mercado desaquecido, juros elevados, capital de giro baixo, fim da jornada de trabalho 6x1 e falta de apoio do governo a um dos principais clientes da atividade, o agronegócio. A projeção do dirigente é que 2026 repita este ano, que deve consolidar números melhores do que em 2024, quando as empresas da região foram fortemente prejudicadas pelas enchentes.

Machemer frisa que, mesmo com eleições em 2026, as empresas se mostram céticas, principalmente pela demanda em baixa e pelos estoques reduzidos. "Atividades como calçadista, automotivo, agronegócio e material de segurança estão adiando investimentos, o que leva o setor de

máquinas a direcionar maior foco para o mercado de reposição", explica. O presidente acredita que o mercado externo pode trazer resultados positivos com a estabilidade do dólar e da inflação, permitindo montar custos mais ajustados. "O que preocupa muito é o custo elevado do dinheiro, a taxa Selic já deveria ter sido reduzida em outubro", observou.

O presidente destaca que até agosto o setor operava em um nível de estabilidade, que começou a perder tração, refletindo em menos produção e menos empregos. Ele ressalta que o agronegócio, grande comprador do setor, está sem incentivos públicos, o que resulta em uma visão cautelosa. Também registra o ingresso de produtos importados com preço de venda equivalente ao da matéria-prima adquirida pela indústria nacional. "Estamos vivendo algo muito parecido com 2018, com o Custo Brasil elevado e quedas de faturamento."



Ubiratã Rezler, presidente do Simecs, cita mudanças na jornada de trabalho e juros altos como desafios de 2026

política, a falta de clareza nas propostas de governo, as mudanças na jornada de trabalho e a manutenção de juros elevados, que dificultam investimentos de longo prazo. "Tudo isto vai interferir no humor do mercado. É um cenário obscuro", reforça.

Mesmo com este cenário, Rezler argumenta que o momento é de olhar para novas oportunidades em produtos e mercados, readequação das empresas, recapacitação dos colaboradores e a busca de parcerias e comprometimento. Frisa que investimentos continuam sendo cada vez mais necessários em agregação de valor aos produtos e

melhoria contínua dos processos visando maior produtividade e, por consequência, mais competitividade.

O presidente cita levantamento recente que expõe as dificuldades da indústria gaúcha com o custo da mão de obra. Segundo o estudo, no Rio Grande do Sul, a incidência é de 11% sobre o custo total da produção, enquanto no Brasil é de 7,8%. Na atividade metalmecânica, o índice gaúcho sobe para 16%, enquanto no Brasil é de 13% e em estados, como Santa Catarina e Minas Gerais, é de 15% e 10%, respectivamente. "Com a redução da jornada de trabalho, a tendência é acelerar a

automação, algo que os empresários projetavam para um prazo mais longo", registrou. As empresas ligadas ao Simecs têm em torno de 73 mil postos de trabalho e faturamento anual na ordem de R\$ 50 bilhões.

Rezler demonstra preocupação com a migração de empresas gaúchas para outros estados, levando junto boa parte do capital humano, em especial para Santa Catarina. "Temos dificuldade em atrair e reter negócios no Rio Grande do Sul. Além disso, alguns empresários estão colocando operações à venda, principalmente as de pequeno porte", alertou.

Dificuldades para o planejamento

O presidente do Simmme (Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Bento Gonçalves), Bruno Dal Fré, afirma que 2026 é um dos anos mais difíceis para o planejamento das empresas. A começar pela confiança baixa no setor em geral, excetuando-se os fabricantes de sistemas de armazenagem que, influenciados pelo

bom resultado do e-commerce, devem se manter estáveis ou em leve alta. Produtores de máquinas para alimentos e bebidas, que dependem de projetos de inovação, terão dificuldades acentuadas, assim como aqueles que atuam nos mercados de madeira e pedras, onde as incertezas são totais. "Será uma mistura de emoções, com mudanças mensais e

expectativas variáveis", resume.

Conforme o presidente, a visão geral é que o próximo ano seja pior do que este, que já apresenta uma carteira de pedidos curta, reduzindo a confiança de longo prazo. Ainda assim, acredita na manutenção de investimentos em tecnologias e melhoria de processos, principalmente por meio da automação para fazer frente à escassez de mão de obra – gigante, de acordo com Dal Fré. Acrescenta que o segmento está perdendo mão de obra para outras atividades, como o turismo, em franco desenvolvimento em Bento Gonçalves.

O sindicato tem 350 empresas em sua base territorial, das quais 95% localizadas em Bento Gonçalves – as demais têm sedes nos pequenos municípios do entorno, como Santa Tereza, Monte Belo do Sul e Pinto Bandeira. O setor emprega 6.252 pessoas. Dal Fré define a região com um ecossistema interessante, com empresas verticalizadas e expressivo número de terceirizados.



Bruno Dal Fré, do Simmme, indica um 2026 difícil para as empresas



Mercado Digital

Patricia Knebel

patricia.knebel@jornaldocomercio.com.br

Em ano desafiador, ecossistema aprofundará cooperação

O ano de 2026 será de eleições e Copa do Mundo, o que preocupa líderes de negócios e prepara a economia para um desvio da atenção de assuntos decisivos para o desenvolvimento econômico. Mas a verdade é que se tem um setor que não costuma tirar muito o pé do acelerador é o de tecnologia, especialmente em tempos de Inteligência Artificial (IA).

Uma das grandes apostas para 2026 é a expansão dos

agentes de IA, marcando um novo avanço nessa frente. A IA agêntica é a fronteira tecnológica que começa a migrar da experimentação para a operação diária das empresas, com impacto relevante.

No Rio Grande do Sul, esse movimento encontra um cenário um ecossistema de inovação se refazendo após as enchentes, com uma agenda pública voltada à competitividade e olhos atentos para o fortalecimento da cadeia

de semicondutores. Entre os projetos, está o avanço da Tellescom, com investimento de R\$ 1 bilhão em uma fábrica para encapsulamento de chips, e da Chipus, com a promessa de aportar R\$ 250 milhões nos próximos cinco anos na abertura de um centro de design no Estado. Outro movimento é a retomada do Ceitec, focado agora na fabricação de semicondutores de potência.

E enquanto a indústria se

reorganiza, o ecossistema se prepara para seu palco mais visível. O South Summit Brazil chega a sua quinta edição em 2026 e projeta um impacto de R\$ 1,2 bilhão até 2030.

A presença ampliada de big techs, deep techs, data centers e empresas de alta complexidade aponta para uma mudança estrutural no perfil produtivo do Estado: mais digital, mais intensivo em tecnologia e mais conectado à agenda global

de competitividade.

A Invest RS chegou ao seu primeiro ano de atuação destacando a inflexão para projetos inovadores. Outro novo projeto no radar é o Network Operations Center (NOC), centro de monitoramento urbano e climático localizado no Bairro Navagantes, em Porto Alegre. A iniciativa do Instituto Caldeira, e que conta com a parceria da Benfeitória e o programa Trilha RS, está em fase de captação de recursos.

O que personagens importantes do setor de inovação projetam para 2026

Jorge Audy, superintendente de Inovação e Desenvolvimento do Tecnopuc e da Pucrs



Imagino que mais uma vez veremos pautas verdadeiramente importantes para nosso futuro serem sequestradas pelas pautas políticas. Por outro lado, teremos ações da sociedade civil entrando em fase de execução plena, como a Coalizão RS, desenvolvendo esforços de orquestração da sociedade gaúcha, nas instâncias pública e privada para a aceleração da recuperação e preparação do Estado para futuras crises relacionadas às mudanças climáticas. No âmbito do nosso ecossistema de inovação, a questão das deeptechs de base acadêmica e científica será um ponto central da atenção. O movimento que iniciamos pela Aliança pela Inovação de Porto Alegre, que envolveu o lançamento do Manifesto Deeptech, deverá se desdobrar em diversas iniciativas. No contexto municipal, o Pacto Alegre terá atenção muito focada nos projetos de impacto sócioambiental e definição do modelo de institucionalização do Pacto Alegre.

Susana Kakuta, diretora-geral Sesi-RS, Senai-RS e IEL-RS

Educação, principalmente, profissionalizante. Nada é mais importante e desafiador para construir um futuro melhor para o RS. Teremos um 2026 bem desafiador na indústria. Precisamos avançar no aumento da competitividade, na inserção comercial em novos mercados, na logística e aprofundar a formação e retenção de talentos. Nosso foco será nos talentos para indústria. O avanço na educação considerando o futuro do trabalho é no principal desafio - escassez de recursos humanos é um dos quatro principais fatores de restrição de crescimento da indústria gaúcha.



Odir Dellagostin, diretor-presidente da Fapergs

As expectativas são ambiciosas: ampliar a capacidade de execução, fortalecer redes de colaboração e transformar projetos estratégicos em impacto real para a sociedade. Também será um ano em que enfrentaremos desafios relevantes, especialmente no esforço para garantir a expansão dos investimentos em pesquisa e inovação em um cenário fiscal restritivo. Em um ano eleitoral, nosso ecossistema tem uma missão adicional: assegurar que CT&I esteja incorporada nos programas de governo dos diferentes candidatos e reforçar a mensagem de que investir em conhecimento não é luxo, mas condição ao desenvolvimento sustentável.



Simone Stülp, secretária de Inovação, Ciência e Tecnologia do RS

2026 é um ano de conclusão da atual gestão do Estado e, para nós da Secretaria de Inovação, Ciência e Tecnologia, um momento de consolidação das estratégias desenvolvidas. Temos como objetivo o fortalecimento do ecossistema de inovação gaúcho, algo que promovemos com a interiorização de ações por meio do nosso programa Inova RS e com editais como o voltado a Ambientes de Inovação. Apostamos ainda na atração e retenção de talentos com programas como o RS Talentos e o Professor do Amanhã e reforçamos a estratégia de investir em tecnologias portadoras de futuro, principalmente com o Semicondutores RS. Estes são nossos focos e diferenciais que tornam o RS destaque em inovação no Brasil e terão nossa especial atenção no próximo ano.



Wagner Lopes, country manager do South Summit Brazil

Sou otimista por natureza, mas enxergo 2026 como um ano que exigirá atenção redobrada e cautela. Será um período marcado por muitos ruídos externos - uma eleição cercada de incertezas, Copa do Mundo e um calendário com diversos feriados -, fatores que tendem a interromper a cadência natural das empresas e do mercado ao longo do ano. Para o South Summit, 2026 é um ano especial e simbólico, que marca a nossa quinta edição no Brasil. O progresso do nosso ecossistema só foi possível porque houve um alinhamento muito preciso entre governo, mercado, sociedade civil e academia. Como o ano de 2026 pode trazer transições importantes em uma dessas hélices, o papel do ecossistema é ainda mais estratégico. Precisamos estar juntos, manter agendas estruturantes, preservar conquistas e aprofundar a cooperação.



Luiz Carlos Pinto, secretário de Inovação e coordenador Pacto Alegre

O ano de 2026 será de eleições, o que sempre adiciona complexidade e gerará incertezas, mas o ritmo tecnológico de Porto Alegre e do RS anda tão acelerado, que não acredito que a trajetória nessa área deva sofrer grandes impactos. Devemos ter um dos melhores South Summits, já olhando as enchentes de 2024 mais distantes no retrovisor. Avançamos muito como ambiente para negócios inovadores, com o living lab mais ativo do País. Ao mesmo tempo, a força de nosso ecossistema é cada vez mais reconhecida, com o selo ouro do ranking Connected Smart Cities e o prêmio de cidade destaque global do Triple Helix Instituto. Precisamos em 2026 continuar a trabalhar essa diplomacia da inovação, exportando a imagem de cidade das startups e estando inovador para atrair novos investimentos e talentos.



Carlos Eduardo Aranha, gerente de Inovação no Sebrae/RS

Vamos continuar com as ações que o Sebrae/RS vem executando junto ao ecossistema de inovação gaúcho, ativando os ecossistemas nos territórios e ajudando na criação e fortalecimento de startups em parceria com os ambientes de inovação e atores do ecossistema de startups do nosso estado, ampliando assim, a quantidade e qualidade nas nossas empresas. Outra meta é ajudar as micro e pequenas empresas de base tradicional a se inserirem nesta transformação digital causada pela IA. Em uma perspectiva estadual, eu gostaria muito de ter uma visão e estratégia única de atuação, construída e compartilhada entre os principais atores do ecossistema de inovação do RS, para elevarmos o patamar do desenvolvimento econômico e social do nosso Estado.



MERCADO IMOBILIÁRIO

Construção civil projeta crescimento moderado em 2026

Comportamento da Taxa Selic e a forma de implementação da reforma tributária preocupam o setor

Cláudio Isaías
isaiasc@jcrs.com.br

A construção civil no Rio Grande do Sul projeta um crescimento moderado em 2026. O setor mantém fundamentos positivos, como avanços em fontes alternativas de crédito imobiliário, ajustes na política habitacional e maior integração entre inovação e produtividade. Porém, o presidente do Sindicato da Construção Civil do Rio Grande do Sul (Sinduscon/RS), Claudio Teitelbaum, destaca que o ritmo dependerá de variáveis macroeconômicas como o comportamento da Taxa Selic ainda elevada, incertezas fiscais e a forma de implementação da reforma tributária. "Almejamos um 2026 com ambiente econômico favorável, para uma retomada sólida, com impacto

direto na geração de emprego, investimentos e desenvolvimento no Estado", comenta.

Segundo Teitelbaum, historicamente, anos de eleição são períodos em que o setor da construção civil tende a crescer devido à realização de investimentos. "Temos a expectativa de maior previsibilidade no cenário econômico, impulsionada pela esperada redução da taxa de juros e o controle da inflação", comenta. Para o dirigente, essa maior previsibilidade, juntamente com uma maior atenção às contas públicas, deve favorecer o ambiente de investimentos e gerar mais otimismo no mercado, inclusive para a compra de imóveis. Conforme Teitelbaum, nos últimos anos o crescimento da atividade da construção civil no Rio Grande do Sul foi expressivo.

Sobre as eleições presidenciais do próximo ano, Teitelbaum diz que a construção civil espera que o futuro presidente da República preste atenção nas contas públicas, promova um bom ambiente de negócios e trabalhe com



Claudio Teitelbaum, do Sinduscon-RS, espera mais previsibilidade no cenário econômico

legislações mais objetivas e menos interpretativas. "O setor espera que os novos gestores tanto em âmbito federal quanto estadual garantam a segurança jurídica, promovam um bom ambiente de negócios por meio da desburocratização e criem legislações mais objetivas, ao mesmo tempo em que devem se manter atentos ao impacto da reforma tributária e da renda", acrescenta.

Com relação aos novos deputados estaduais, federais e senadores que vão assumir no próximo ano, o presidente do Sinduscon/RS defende a necessidade de legislações em favor do empreendedorismo e do desenvolvimento

econômico do Rio Grande do Sul e da geração de emprego e renda. "A construção civil deseja que o próximo presidente da República, o governador e os legisladores priorizem a atenção às contas públicas e forneçam segurança jurídica aos investidores", ressalta. Teitelbaum espera que todos trabalhem para o desenvolvimento do Estado, além de trabalharem principalmente pela desburocratização. "Não podemos perder tempo com a burocracia da máquina pública", acrescenta.

O presidente do Sinduscon/RS aponta que o setor gera emprego de forma imediata e em grande escala. O número de

carteiras assinadas no RS até outubro de 2025 (dados do Novo Caged) no setor da construção civil é de 142.853. Em outubro de 2024, eram 142.541. "É o maior número de empregos formais no setor aqui no Estado, desde 2020", explica. O Sindicato da Construção Civil conta com 457 empresas associadas, e oito mil filiados na base que compreende 331 municípios gaúchos. Já o número de trabalhadores na construção civil entre empregos diretos e indiretos é de aproximadamente 800 mil, em uma cadeia produtiva, segundo Teitelbaum, que envolve mais de 90 outros segmentos econômicos.

Economia desorganizada prejudica negócios imobiliários, diz presidente do Secovi/RS

Com a economia desorganizada e o governo federal gastando muito, o que eleva a inflação, existe a preocupação de que o Banco Central não consiga baixar as taxas de juros devido ao aumento da circulação de dinheiro, o que vai acabar por prejudicar o consumo e especialmente os negócios imobiliários no Rio Grande do Sul em

2026. A avaliação é do presidente do Sindicato da Habitação, que representa as empresas imobiliárias e os condomínios no Rio Grande do Sul (Secovi/RS) e a Associação Gaúcha das Empresas do Mercado Imobiliário (Agademi), Moacyr Schukster. "Esses fatores intensificarão a inflação, especialmente em ano eleitoral. Temos ainda

a alta taxa de juros, imposta pelo Banco Central para conter o consumo e a inflação, mas que, ironicamente, inibe o mercado imobiliário e a capacidade da população de arcar com financiamentos", ressalta.

Schukster prevê um 2026 "bulhoso" e disse estar animado pela expectativa de que o governo

federal injete mais recursos para alavancar a economia, principalmente através do setor imobiliário. "O segmento, inclusive, tem sido impulsionado pelo programa Minha Casa, Minha Vida, que atrai a atenção de grandes construtoras e fomenta a compra de imóveis", acrescenta. O dirigente menciona um estímulo ao mercado de locação que tem crescido no Brasil e no Rio Grande do Sul.

O presidente do Secovi/RS/Agademi diz que acontece uma situação muito curiosa. "Temos um juro alto que inibe o consumo, mas temos uma situação de emprego satisfatória, que está na casa de 5%, o que é muito bom. No entanto, a renda da população é baixa", explica. Schukster comenta que isso faz com que a população não tenha renda para pagar as prestações do sistema financeiro. "A grande incógnita para 2026 é como será que o governo vai atacar a questão imobiliária. O governo federal sabe melhor do que ninguém que o mercado imobiliário é uma alavanca da economia", acrescenta.

De acordo com o dirigente, se o mercado imobiliário estiver engessado o resultado será uma

economia travada. "O mercado imobiliário gera muitos empregos e contribui para a circulação de bens e serviços, especialmente no setor da construção civil. Schukster disse que espera um 2026 com o governo federal (o novo presidente da República) despendendo mais dinheiro, o que vai manter a economia "animada e aquecida".

Schukster acredita que o governo federal, em alguns períodos do próximo ano, vai "animar" a economia com a liberação de mais financiamentos. "Tanto para o setor imobiliário quanto para o comércio, o que preocupa é a questão do crédito", comenta.

O presidente do Secovi/RS/Agademi acredita que o juro estará elevado no próximo ano. "Se a economia brasileira estiver muito animada, o Banco Central vai ser o desmancha-prazeres. Eles vão ter que segurar um pouco a velocidade da economia e dos negócios para não aumentar a inflação", ressalta. Para Schukster, essa é a grande preocupação do setor. "Não queremos que a inflação aumente. Porém, queremos que os negócios no setor imobiliário sejam realizados."



Moacyr Schukster, presidente do Secovi/RS/Agademi, espera liberação de mais financiamentos federais



Pensar a Cidade

Bruna Suptitz

contato@pensaracidade.com

Adaptação e mitigação climática ganham espaço no planejamento

Conceitos estarão cada vez mais incorporados no rol das políticas urbanas

Pensar global, agir local. Das mais de três décadas que se passaram desde que este conceito passou a ser difundido, justamente nos contextos ambiental e climático, nunca fez tanto sentido quanto o momento em que estamos, frente a uma sequência de impactos climáticos intensos e assustadores. Entender que para a natureza não existe fronteira e que não existe "lá fora" ou "planeta B" é o ponto de partida para a formação de consciência e, a

partir disso, da transformação necessária rumo à preservação ambiental e manutenção das condições de vida do planeta.

Passada a Conferência do Clima no Brasil (COP30), que trouxe para o debate público o tema do aquecimento global e suas consequências, e após o primeiro ano da maior tragédia climática que já atingiu o Rio Grande do Sul, novos conceitos (embora conhecidos de longa data por ativistas ambientais) passaram a compor o discurso das autoridades de todas as esferas: mitigação e adaptação.

No contexto do aquecimento global, a mitigação vem antes: é o primeiro passo a ser dado por

governos, empresas e sociedade para reduzir ou prevenir e até zelar as emissões dos gases de efeito estufa na atmosfera. Também remete à ideia de evitar danos. A organização Centro Brasil no Clima define que as ações de mitigação atuam no sentido de reduzir o risco climático pela redução do perigo - no caso, a redução de emissões dos gases de efeito estufa, diminuindo, assim, a probabilidade de ocorrência de eventos climáticos extremos.

Já a adaptação, na definição da mesma organização, refere-se a ajustes em sistemas naturais ou humanos frente a estímulos climáticos, atuais ou esperados

no futuro, e seus efeitos. No caso das cidades, precisará considerar a existência de edificações, infraestrutura urbana e os espaços habitados. A adaptação, aliada à resiliência, busca reduzir os potenciais efeitos das mudanças climáticas sobre as comunidades e seus bens. Ou seja, se adapta às condições extremas do clima já conhecidas e prepara o terreno para as que estão por vir.

Mitigação é um esforço coletivo. A real adaptação é a soma das ações locais. A sociedade cabe acompanhar e cobrar coerência entre o desenvolvimento urbano que garanta um futuro seguro para todos.



JÜRGEN MAYRHOFER/SECOM/DIVULGAÇÃO/JC

Nova ponte da ERS-130 sobre o Rio Forqueta, que liga Lajeado e Arroio do Meio, é cinco metros mais alta que a antiga, exemplo de adaptação à condição climática

Planos com base nos cursos d'água

Entender e respeitar a natureza é a melhor forma de conviver com ela. Por décadas, até séculos, o planejamento das cidades optou por ditar aos rios o rumo que deveriam tomar. Hoje há outra compreensão: respeitar o curso natural das águas, deixar fluir, entender seu espaço. O "room for the river", ou "sala para o rio", é o nome de um programa adotado pelos Países Baixos que dá espaço para as águas fluviais e marítimas ocuparem durante períodos de cheia e de muita chuva. No lugar de barreiras, os diques, ou somado a eles, esse "fazer sala" para as águas visitantes evita o acúmulo em áreas habitadas, criação de animais, plantações. Assim, se protegem vidas e se preserva a estrutura construída e a economia.

Conviver com a natureza, ao invés de brigar com ela, é um exemplo reconhecido e que inspira propostas de políticas públicas locais. Foi mencionado pelo governador Eduardo Leite na apresentação do Projeto RioS, iniciativa que em 2026 vai mapear a Região Hidrográfica do Guaíba, formada por nove bacias e abrangendo 252 dos 497 municípios gaúchos. Até o início de 2027, o governo espera ter um diagnóstico espacial-ambiental e urbanístico das águas que banham mais da metade dos municípios e um terço da área do Rio Grande do Sul. Após este diagnóstico, Leite espera que o modelo seja expandido para outras duas bacias identificadas no Estado e se torne referência para o restante do País.

Planeta urbano

Cerca de 80% da população mundial vive em cidades em 2025. O dado é do projeto Global Human Settlement Layer, iniciativa da União Europeia, do Banco Mundial e de agências da Organização das Nações Unidas como a ONU-Habitat e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. Para o cálculo, são consideradas cidades que possuem pelo menos 150 mil habitantes, o que representa 45% da população. Conforme o mesmo parâmetro, são vilas ou cidades menores as que possuem a partir de 5 mil habitantes, até o limite 150 mil - estas concentram

outros 35% da população global. Localidades com menos de 5 mil habitantes, muitas das quais também são consideradas cidades no Brasil, são chamadas de aldeia na classificação internacional. A definição tem como objetivo padronizar informações e assim facilitar a comparação entre localidades distintas ao redor do mundo. A medição combina imagens de satélite de alta resolução com dados censitários nacionais para obter estimativas de cidades, vilas e aldeias. Os dados citados são atualizados e correspondem ao anos de 2024.

Novos Planos Diretores em 2026

Conforme o Estatuto da Cidade, lei federal que regulamenta o capítulo urbano da Constituição, o Plano Diretor Municipal deve abranger toda área urbana da cidade e ser revisado pelo menos a cada 10 anos. A lei que institui as regras de planejamento e construção é obrigatória para cidades com mais de 20 mil habitantes, mas pode ser exigida para as incluídas no cadastro nacional de municípios com áreas de risco.

» Porto Alegre

O atual Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental de Porto Alegre foi aprovado pela Câmara Municipal em 1999 e a sua primeira revisão geral foi votada em 2009.

Desde 2019, a prefeitura conduz um processo que foi inicialmente classificado como revisão, mas chegou ao Legislativo em setembro deste ano como um novo Plano Diretor para a Capital. A proposta do Executivo divide a atual lei em duas: o Plano Diretor Urbano Sustentável e a Lei de Uso e Ocupação do Solo. O debate das duas propostas já teve início na Câmara neste fim de ano, mas sem entrar no mérito das propostas. A votação será retomada na volta do recesso parlamentar, em fevereiro de 2026. A expectativa é que os projetos sejam votados no primeiro semestre, para fugir do calendário das eleições gerais.

» Vale do Taquari

Em nove meses, entre 2023 e 2024, os municípios da região do Vale do Taquari foram severamente atingidos por três eventos climáticos extremos. Em algumas localidades, a estrutura urbana, casas e equipamentos comunitários foram completamente destruídos.

Para que a reconstrução considere os riscos implicados, a decisão estratégica do governo do Estado foi por revisar ou elaborar Planos Diretores nas cidades mais impactadas. São elas: Mucum, Arroio do Meio, Encantado, Cruzeiro do Sul, Estrela, Colinas e Roca Sales.

Juntamente com o debate sobre o planejamento, está em elaboração o Zoneamento de Risco. O projeto é desenvolvido em parceria com a Universidade do Vale do Taquari (Univates) e as entregas estão previstas para ocorrer em 2026.

Atacarejos e e-commerces impulsionam crescimento de centros logísticos no RS

Novas modalidades de varejo forçam empresas a investir em centros de distribuição no Estado

Ana Stobbe

ana.stobbe@jcrs.com.br

Se as enchentes de 2024 prejudicaram o trânsito intermunicipal em grande parte do Rio Grande do Sul, em 2025 foi o momento para que centros e condomínios logísticos pudessem se reestruturar. Agora, a expectativa é de que eles tenham um futuro de maior crescimento, sendo buscados por diversas empresas de segmentos variados. Por trás disso, estão os avanços nos e-commerces e atacarejos, que exigem centros de distribuição tecnológicos e bem localizados.

Em Cachoeirinha, por exemplo, a Natura inaugurou um centro de distribuição no condomínio logístico situado no distrito industrial da cidade em julho deste ano. O retorno da marca para a Região Metropolitana de Porto Alegre ocorreu após o fechamento do antigo CD de Canoas, prejudicado pelos desastres climáticos de 2024. A inauguração marcou também avanços tecnológicos no local que prometem ampliar a agilidade das entregas em todo o Estado. O mesmo condomínio também abriga os CDs das Casas Bahia e da Ponto Frio. E, em breve, deverá receber a gaúcha Casa do Papel.

Quem também cresce é o



ECOPARQUE LOURENÇO&SOUZA/DIVULGAÇÃO/JC

Macrorregião Metropolitana concentra instalação de estruturas como a do Ecoparque Lourenço&Souza, que possui boas expectativas para 2026

Ecoparque Lourenço&Souza, de Sapucaia do Sul. Em novembro, eles inauguraram a operação da empresa Friozen, especializada em armazenagem, distribuição e transporte de produtos alimentícios sob temperatura controlada. A escolha do local para sediar o empreendimento, que contou com um investimento conjunto das empresas de R\$ 100 milhões, foi motivada pela segurança do centro logístico em relação a eventos climáticos extremos. Ainda há espaço previsto para uma expansão nos próximos anos.

O diretor de desenvolvimento do Ecoparque, aliás, vê 2026 com bons olhos. "Isso se deve principalmente à maturidade que nossos projetos alcançaram e ao rigor com que nos dedicamos e estudamos o mercado antes de colocar qualquer empreendimento de pé. Investimos tempo e recursos significativos em pesquisa, desenvolvimento e identificação das reais necessidades do setor. Essa postura profissional da nossa equipe e parceiros, somada à qualidade dos nossos empreendimentos, nos dá confiança para fazer de 2026 um

ano de orçamento robusto e de resultados positivos", avalia.

Entretanto, há alguns desafios pela frente, conforme Christianetti. Em primeiro lugar, um ano eleitoral que pode influenciar a economia e ditar o ritmo de investimentos no Estado. Além disso, há a implementação da reforma tributária. E, por fim, um calendário marcado por uma Copa do Mundo e diversos feriados prolongados.

A perspectiva diante disso ainda é positiva: "Não será um ano simples ou comum, há muitas variáveis externas ao planejamento

tradicional de empreendimentos imobiliários e polos logísticos. Mas acreditamos no êxito, principalmente porque o comportamento de consumo vem mudando significativamente e porque a demanda por estruturas logísticas e industriais de qualidade e bem projetadas, vindas de empresas de médio e grande porte, nacionais e multinacionais, segue em pauta. Essas empresas buscam locais que ofereçam segurança, proteção climática, estabilidade e que permitam focar integralmente em suas operações", projeta Christianetti.

Empresas erguem novos complexos na Região Metropolitana de Porto Alegre

A reforma tributária citada pelo executivo do Ecoparque torna os condomínios logísticos um trunfo para as cidades no que diz respeito à arrecadação de impostos e estímulo ao consumo no município.

"Os efeitos da reforma começam a nos atingir a pleno em 2027, unindo o ICMS e o ISS em um único imposto, que passa a ir para a União e depois é redistribuído entre os municípios, levando mais em conta o consumo do que a produção. Na prática, o IPTU e o ITBI, que não são unificados neste momento, continuam na gestão dos municípios, serão as nossas fontes de arrecadação mais importantes e diretas. Estimular a formação de um parque logístico, que contribuirá com o IPTU, aquece a construção e garante a movimentação da nossa economia", explicou o secretário

municipal da Fazenda de Gravataí, Davi Severgnini, em matéria publicada no Mapa Econômico do RS do Jornal do Comércio.

A cidade é uma das que mais tem investido no ramo. Ao todo, são oito condomínios logísticos, industriais e comerciais em operação em Gravataí. A procura pelas estruturas e as instalações desse tipo de empreendimento expandiram a partir da duplicação da ERS-118.

Entre eles, o LOG Commercial Properties, que ergue o seu segundo condomínio logístico na rodovia e que deve estar operando no início de 2026, com 46 mil metros quadrados e investimento de R\$ 107 milhões. E eles já projetam a construção de uma terceira estrutura também na Região Metropolitana de Porto Alegre, conforme o diretor executivo do LOG CP, Márcio

Siqueira. "O mercado logístico no Estado está muito pujante, especialmente na área de condomínios logísticos. Nossa equipe comercial nunca trabalhou tanto. Além do e-commerce, que veio para ficar, a economia aquecida, com o crescimento do PIB, também tem impulsionado a busca nos condomínios pelos setores de alimentos, bebidas e, fortemente, o farmacêutico. Vivemos um momento ímpar, que deve seguir aquecido em 2026", conjectura Siqueira.

Nova Santa Rita também avança com o parque logístico 3SB. Para eles, as expectativas para o próximo ano são muito boas, especialmente diante de um cenário positivo em 2025, com a ampliação das compras via e-commerce, influenciadas pela rapidez nas entregas dos produtos adquiridos

e por um cenário de alta taxa de juros, conforme o diretor da empresa, Reginaldo Martins.

"Para isso, o e-commerce precisa se aproximar dos clientes através da ampliação de espaço nos CDs atuais ou na contratação de espaços em cidades próximas dos grandes centros consumidores. Junta-se a isto o crescimento dos atacarejos que demandam centros de distribuição para as lojas, o que resulta em investimentos em novos centros logísticos na grande Porto Alegre", diz Martins.

Assim, os planos para 2026 são os melhores possíveis: "Queremos surfar nesta onda, mas com muita responsabilidade ao oferecer centros de distribuição de alto padrão e estruturados para futuras automações. A automação por parte dos operadores logísticos se

faz necessária para se fazer mais com menos, combate aos fatores negativos, pois não é segredo as dificuldades que as regiões Sul e Sudeste estão enfrentando, devido a alta competitividade, opinando especificamente no setor de logística e transportes. As vagas em aberto, em um curto espaço de tempo, serão ocupadas pela automação", pontuou.

É esperado ainda um crescimento da empresa fisicamente. "Os planos para 2026 são dar a maior atenção possível aos seus clientes que hoje estão no parque logístico. Investir ainda mais na nossa estrutura para criar um ambiente onde possam crescer tecnologicamente. Também faz parte, a construção de um novo centro logístico em Gravataí, contará com aporte de R\$ 300 milhões e entrega em 2027.



Minuto Varejo

Patrícia Comunello

patriciacomunello@jornaldocomercio.com.br

De Copa a eleições: ano de testar habilidade de lojistas

Entidades analisam o ambiente e pontuam as oportunidades para o setor varejista no novo ciclo

Ano com Copa do Mundo e eleições é um prato cheio, entre oportunidades para vender e motivos para ter cautela. A gangorra entre conjuntura mais positiva e outra que pode ser negativa ou mais desafiadora - juros e inadimplência que ainda estarão altos - começa a testar os limites dos varejistas desde esse fim de 2025. A coluna ouviu fontes que estão na interface de quem opera de olho no comportamento do consumidor e quem precisa levar a empreendedores condições de remanesce oceano de águas calmas a agitadas. Irio Piva, presidente da CDL Porto Alegre, espera 2026 impactado de forma positiva pelo calendário eleitoral, mas também negativa por feriados e até a Copa. "Sempre atrapalham um pouco as vendas no varejo." Sobre o ambiente político, ele avalia que abre espaço para mais estímulos do governo. "A inflação, teoricamente, está controlada, o que abre espaço para redução de juros", lista Irio, que aposta

que custo mais baixo do dinheiro darão alívio e melhora na concessão de crédito. O recurso que vai ficar fora do imposto de renda também vai pesar positivamente. O governo elevou o teto de isenção. "O desafio para o varejo será a falta de mão de obra, principalmente a qualificada", pondera o presidente da CDL-POA. "E entender e se adaptar às mudanças aceleradas do comportamento do consumidor, que está cada vez mais conectado e digitalizado e também mais exigente."

Arcione Piva, presidente do SindilijasPOA, endossa o irmão e colega e da CDL: "A nossa expectativa é de que 2026 seja melhor do que este ano, devido ao baixo índice de desemprego, por ser último ano do atual governo (sempre tem liberação de recursos extras), tem uma previsão de que a safra agrícola seja melhor que as anteriores, esses são alguns fatores que podem influenciar positivamente o crescimento do mercado em 2026 na nossa opinião".



Irio Piva

No plano macro brasileiro, Arcione espera "2026 levemente melhor do que 2025, com Selic menor, controle da inflação e desemprego em baixa". O presidente do SindilijasPOA também aguarda mais gastos federais. "O que pode preocupar um pouco é a Copa, que tira um pouco a atenção no consumo", avalia Arcione. Ivonei Pioner, presidente da Federação Varejista do RS, projeta um ano também de oportunidades. Mesmo comunicadores de débitos e representantes de empresas com mais dificuldades, Pioner avalia que os lojistas poderão ter espaço para crescer. Segundo o dirigente da federação, que comanda o SPC Brasil no Estado, há necessidades que vão de atendimento, com dificuldade de mão de obra ao uso de ferramentas, como a Inteligência Artificial.

Do lado dos empreendedores, Ariel Berti, diretor-superintendente do Sebrae-RS, vê um ano que merecerá "muita atenção". "O Mundial afeta a economia. Termina a

Copa e começa o período eleitoral. São dois focos que tiram a atenção das pessoas da economia de uma maneira geral", reforça Berti. "Tem que cuidar para não desacelerar demais a economia". No quadro regional, o dirigente do Sebrae alerta que o Estado terá um teste, pois será um ano sem recursos ligados à recuperação da enchente. "Vamos ver como está a capacidade de retomada mesmo. Será que o Rio Grande do Sul conseguirá voltar a crescer? Do lado da inadimplência, a preocupação é com a situação financeira de empresas. O fechamento de operações cresceu."

A reforma tributária, cita Berti, é outro fator que vai mexer com as operações, mesmo sendo transição. "Tem uma nova categoria que está surgindo, que são a



Ariel Berti

dos nano empreendedores, pessoas físicas que pode emitir nota fiscal. É diferente do MEI. Estamos estudando ainda para ver qual será o impacto. O cenário da reforma ainda é muito incerto", conclui. O presidente da Sicredi Origens RS, Ronaldo Sielichow, espera maior demanda por crédito, e puxado pelo aquecimento das vendas do varejo. "Isso se dá em razão da perspectiva de uma melhor safra e de eventos que ocorrerão ao longo do ano como a Copa do Mundo e as eleições. Além disso, o cenário econômico projeta um início de ciclo de cortes da taxa Selic já para o primeiro semestre de 2026, e isso impacta diretamente no custo de crédito, que se torna mais atrativo para os empreendedores", opina Sielichow. Em 2025, O Fampé, para capital de giro, foi um dos mais buscados e tem fundo garantidor do Sebrae. Para 2026, a demanda e maior procura por linhas de crédito com prazos estendidos deve se manter, adianta o dirigente do Sicredi.



Ivonei Pioner



Ronaldo Sielichow

10 prioridades para encarar os desafios de 2026

Para quem ainda não listou as prioridades e os pontos de atenção para 2026, a coluna traz o menu básico, mas bem desafiador, que o coordenador de varejo do Sebrae-RS, Fabiano Zortéa, montou para os leitores. São 10 prioridades:

1. Calendário crítico (feriados, Copa do Mundo e eleições)

Serão 10 feriados nacionais, uma Copa do Mundo entre junho e julho e eleições em outubro, criando oscilações fortes de fluxo e atenção. O varejo precisa antecipar estoques, campanhas e operação para não perder venda em semanas-chave.

2. Trazer o cliente de volta para a loja física

Precisa entregar algo que o

digital não entrega: Serviços que surpreendam, experiência, conexão emocional e diferenciação sensorial que façam o cliente lembrar por que vale a pena sair de casa.

3. Digital que realmente converte

Online integrado ao físico, com jornada fluida, estoque equilibrado, atendimento ágil e captura da intenção de compra na tela do celular, que cada vez mais representa o início da jornada e o despertar do

desejo.

4. Conteúdo com autenticidade e verdade

Menos filtro e mais autoridade. Marcas que falam como gente, mostram bastidores e entregam utilidade real vão dominar a atenção em uma sociedade repleta de distrações.

5. Lideranças presentes e atentas aos times

2026 exige gestores dedicando tempo de agenda para acolher ideias, ouvir dores, recombinar soluções e liberar a criatividade do time de vendas que deve estar



Fabiano Zortéa

empoderado para resolver problemas de clientes e elevar a performance.

6. Ampliação de mercado com novos canais na jornada real do cliente

Crescer onde o cliente está: social commerce, conversas por WhatsApp, marketplaces, eventos, comunidades e parcerias. Expandir canais seguindo os momentos de vida das pessoas aumenta presença, reduz dependência de um único fluxo e abre novas alternativas de receita.

7. Sortimento mais inteligente e eficiência operacional

Calibrar mix com base em dados de procura, margem e giro para evitar estoques parados. 2026 não permite "achismo" nem coleção inflada.

8. Eficiência com IA no varejo raiz

IA aplicada ao que importa: previsões de demanda, roteiros de atendimento, recomendação de produtos e produtividade de times, sem glamour, com resultado.

9. Precificação dinâmica e promo bem pensada

Ajustar preço rapidamente vira vantagem competitiva em meio a tantas oscilações. Promoções precisam ser cirúrgicas.

10. Construção de comunidade e fidelização

Quem criar vínculos contínuos (eventos, grupos, programas de relacionamento e storytelling) manterá o cliente perto mesmo nos períodos de baixa atenção. Venda é vínculo, mais do que nunca.

TECNOLOGIA

Papel do ser humano na era de IA será eixo em 2026

Marcus Rossi, CEO da Gramado Summit, prevê discussões acerca das novas tecnologias no próximo ano

Júlia Fernandes
juliaf@jcrs.com.br

Quando falamos em inovação e tendência, é impossível não citar o papel dos grandes eventos regionais que norteiam esses assuntos. Há quase uma década, a Gramado Summit reúne milhares de pessoas na Serra Gaúcha para discutir diversos temas desse universo. Apesar de ser uma das conferências de maior destaque no Estado, o evento faz parte de um movimento crescente de iniciativas que buscam discutir, prever e lançar tendências relacionadas à nova economia.

Com a próxima edição marcada para ocorrer entre os dias 6 e 8 de maio de 2026, a Gramado Summit é um exemplo desse crescimento exponencial. Em sua primeira edição, contou com cerca de 600 participantes, e, na edição de 2025, recebeu mais de 20 mil pessoas.

A Inteligência Artificial continua sendo tema de destaque em eventos como esse, porém, após o boom do assunto nos últimos anos, a próxima edição, intitulada Make It Human, busca trazer o ser humano para o centro dos debates. Marcus Rossi, CEO da Gramado Summit, entende que, no próximo ano, o movimento de entender o papel humano diante das novas tecnologias irá conduzir as discussões futuras.

Em um paralelo, o CEO rememora Revolução Industrial, que, além de discutir o avanço da indústria em si, precisou refletir sobre o sentido humano e social do processo. "Enxergo as novidades na tecnologia como estações do ano. De tempos em tempos, temos contato com alguma tendência tecnológica e a prevemos como o futuro de absolutamente tudo", aponta o empresário, comentando que, após um período, observa-se que aquela tendência é momentânea e muitas vezes acaba não "furando a bolha". Uma estação se encerra e outra cheia de novas previsões se inicia.

"Algumas passam, mas há outras que permanecem. A Inteligência Artificial irá permanecer. A partir daí, é necessário que nós, enquanto sociedade

civil, reconsideremos todo o nosso papel", reflete Rossi, afirmando que enxerga a IA muito diferente do que foi o metaverso, por exemplo. "Dois anos atrás, prevíamos que o metaverso era absolutamente tudo. Temos essa necessidade de seguir um efeito manada", observa.

Impacto no mercado de trabalho e nos pequenos e médios negócios

Olhando para o mercado de trabalho, em mais um paralelo à Revolução Industrial, Rossi afirma que, embora a vida do consumidor se torne mais ágil e eficiente, o impacto da IA dentro das organizações, diferentemente da industrialização, não se restringe apenas ao ambiente operacional. O mercado de desenvolvedores, que estava superaquecido em 2020 - em parte devido à pandemia -, hoje já não está mais tão pujante. Segundo o executivo, grandes empresas já têm de 50% a 60% dos códigos gerados por IA. Funções como o *debugging* (busca por falhas em código) podem ser feitas pela IA com muito mais agilidade que por desenvolvedores.

"Temos inclusive exemplos de startups que se tornaram milionárias não sabendo codificar absolutamente nada, pagando Lovable AI, entre outras IAs", destaca, referindo-se a plataformas que utilizam Inteligência Artificial para desenvolver sites completos a partir de uma linguagem natural. "Acho que esse movimento que estamos vivendo traz um ressignificado para todo e qualquer emprego. Se uma máquina consegue fazer de forma mais eficiente, e sabemos que ela consegue, isso vai ter que ser rediscutido", avalia.

No contexto de negócios pequenos, o empresário entende que a tendência é que a IA siga democratizando o acesso à tecnologia,

de maneira que até dois anos atrás não se pensava. Esse acesso permite que esses negócios se tornem mais autônomos e eficientes, entregando um serviço ou um produto melhor com um investimento menor. "Por exemplo, estou usando o ChatGPT e recebo uma mensagem de que terei que pagar US\$ 15,00 para seguir utilizando. Não é barato, mas ninguém pensa quanto custaria um desenvolvedor para fazer aquela mesma tarefa. Tecnicamente, acaba sendo bem barato", pondera.

Ao observar o contexto atual e o futuro próximo, Rossi afirma que a perspectiva é que o movimento da IA transforme todo e qualquer emprego. Segundo ele, é imprescindível que as empresas adotem estratégias para que os trabalhadores busquem conhecimento e consigam ajudar a aumentar a eficiência, focando, por exemplo, na análise de dados oferecidos pelas máquinas. "Isso faz mais sentido do que apenas ligar e desligar um botão, ou solicitar que uma pessoa table uma série de dados", acredita.

Nesse processo, o empreendedor garante que é crucial debater se a IA consegue "matar o criativo" ou se a criatividade humana é insubstituível. O trabalho não deve acabar, mas é urgente o debate sobre os novos aprendizados necessários para a sociedade. "Pela primeira vez, estamos tendo que redescobrir qual é o papel do ser humano nesse jogo todo. Qual é o nosso papel, inclusive, na esfera da criatividade. Talvez, uma das discussões mais legais que eu gostaria de presenciar cada vez mais é sobre o criativo ser insubstituível ou não", salienta.

O bem-estar do trabalhador, ao mesmo tempo em que a capacidade de produção tem se tornado cada vez maior devido à inserção dessas novas tecnologias, é um ponto que deve, cada vez mais, estar na agenda do empreendedor. Para Rossi, é importante que as empresas equilibrem esse aumento de produtividade, o bem-estar e o desenvolvimento humano. "Se a tecnologia, como um todo, permite que as máquinas processem, entendam e façam levantamento de informações que antes eram desconhecidas, tornando os processos de fábrica mais eficientes, deveria ser considerado natural que trabalhadores buscassem outros formatos de trabalho mais flexíveis", pondera.



Para Marcus Rossi, CEO da Gramado Summit, a IA continuará em foco

O que irá furar a bolha em 2026

Analisando o mercado como um todo, o CEO sinaliza um movimento muito expressivo de startups se apresentando como um negócio de Inteligência Artificial. Ele aponta que o crescimento da IA está intrinsecamente ligado à rápida e democrática disseminação da informação, o que impacta diretamente a vida de todo mundo em um curtíssimo período.

"É notado que há um 'efeito bolha' em curso. Muitas startups que surgem atualmente se intitulam IA, e essa bolha pode estourar, semelhante ao que ocorreu com a bolha das *pontocom* nos anos 2000. O que perdurará, no entanto, são as mudanças profundas que estão forçando a discussão sobre o papel humano", identifica.

O surgimento das *pontocom* no final dos anos 1990 gerou grande entusiasmo em torno do potencial comercial da internet. Investidores aplicavam em domínios *pontocom* mesmo que essas empresas não apresentassem lucros comprovados ou planos de negócios sólidos. Contudo, essa euforia cessou abruptamente no início dos anos 2000, quando a fragilidade de muitos desses modelos de negócios se tornou evidente. Esse cenário levou a uma venda maciça de ações e a uma queda drástica nos índices de tecnologia. Centenas de empresas *pontocom* faliram, resultando em enormes perdas financeiras para os investidores e em demissões em massa de profissionais da área de tecnologia. "Não quer dizer que as *pontocom* perderam relevância, mas permaneceram apenas aquelas que realmente trouxeram alguma mudança no mercado como um todo", destaca.

Entre os pontos que se destacam, Rossi cita a regulamentação das novas tecnologias. A IA é uma área que gera receio devido

ao seu potencial de manipulação de informações. Em um mundo onde informações compartilhadas em grupos de WhatsApp podem se tornar verdades absolutas, a capacidade da IA de gerar conteúdo visual e auditivo falso, como frequentemente ocorre, gera receios. "Embora eu seja um grande defensor da liberdade de expressão para absolutamente tudo, a regulamentação é extremamente importante para fazer com que aquilo que é de interesse público seja apenas a verdade", defende.

De volta para os eventos que abordam inovação, tecnologia e tendências futuras, Rossi enxerga essas iniciativas fundamentais nesse processo de grandes mudanças. Ele aponta quatro pontos que continuarão a nortear esses encontros: antecipação de tendências, educação acessível sobre comportamento, inspiração para mudanças e democratização da tecnologia. "O principal objetivo continua sendo trazer para o conhecimento do público, de uma forma muito acessível, qual é o novo comportamento. Isso envolve estruturar conteúdo que trate do comportamento do ser humano, tendo em vista o mundo atual."

Ele também prevê que eventos como este adotarão uma linguagem cada vez mais acessível. Isso evitará que se tornem excessivamente nichados ou técnicos, aumentando sua eficácia ao dialogar com um público mais amplo. "O objetivo é que esses encontros apresentem as transformações provocadas por tecnologias como a Inteligência Artificial de maneira menos complexa e ameaçadora. Assim, as pessoas poderão realmente compreender a IA, em vez de simplesmente rejeitá-la", pontua, ressaltando que a rejeição não é mais uma opção, visto que a tecnologia já é uma realidade estabelecida.



Pela primeira vez, estamos tendo que redescobrir qual é o papel do ser humano nesse jogo todo

RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Conflitos latentes e reconfiguração de alianças devem marcar o tabuleiro internacional em 2026

Apesar do cenário, hipótese de um embate global é afastada por especialistas

Gabriel Margonar
gabrielm@jcrs.com.br

O mundo inicia 2026 sem sinais de alívio nas tensões que atravessaram os últimos anos. Conflitos prolongados, rivalidades entre grandes potências e disputas por zonas de influência seguem ditando o ritmo da geopolítica global – e, longe de arrefecer, tendem a ganhar novas camadas de complexidade. O resultado é um ambiente em que estabilizações são raras, e cada avanço diplomático convive com o risco permanente de retrocesso.

Para a cientista política Luana Geiger, coordenadora do curso de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (Pucrs), esse movimento não surpreende. Ela observa que as crises mais profundas têm origens estruturais e, portanto, não produzem soluções rápidas ou sustentáveis no longo prazo. Em um cenário de interdependência crescente, conflitos antes vistos como regionais passaram a impactar cadeias de suprimentos, custos globais, decisões de investimento e políticas de segurança nacional. A leitura estratégica, diz, tornou-se



Disputa estratégica entre China e Estados Unidos permanecerá como eixo central

indispensável justamente porque hoje nada está isolado.

O professor João Jung, também da Pucrs, reforça essa percepção ao exemplificar que a guerra entre Rússia e Ucrânia, que entra no quinto ano, continua reorganizando prioridades de Washington, Moscou, Pequim e da própria Europa. “As crises se conectam; um movimento no Leste Europeu impacta o Indo-Pacífico,

o Oriente Médio e até as Américas”, diz. Para ele, essa interdependência é um dos principais motores da instabilidade atual.

No caso específico da guerra, Jung avalia que Moscou preserva vantagem estratégica. A Rússia não cede porque entende que “já venceu no plano estrutural”, enquanto a Ucrânia e a União Europeia enfrentam desgaste político, econômico e militar.

Os Estados Unidos, por sua vez, não demonstram disposição para liderar uma solução duradoura. A possível mudança de postura norte-americana liderada por Donald Trump amplia incertezas sobre o futuro da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) e o volume de apoio a Kiev. Luana acrescenta que qualquer saída realista dependerá de negociações envolvendo o republicano,

Putin e a aliança atlântica – algo que, por ora, parece distante.

Já no Oriente Médio, o cessar-fogo entre Israel e Palestina permanece frágil, marcado por denúncias mútuas de violações e por um ambiente político cada vez mais imprevisível. O Hezbollah amplia sua influência no Líbano, a Síria continua imersa em uma guerra não resolvida e o Irã segue expandindo sua presença regional.

Jung descreve o cenário na região como “um caldeirão prestes a estourar”, citando que a rivalidade persistente entre Irã e Arábia Saudita – apesar de alguns gestos de distensão – ainda dita a temperatura da região. A mediação chinesa entre os dois países, embora relevante, não altera as estruturas que alimentam esse ciclo de instabilidade.

A Ásia, por sua vez, concentra uma das frentes mais sensíveis de 2026. Taiwan, essencial para a indústria global de semicondutores, permanece sob crescente pressão militar da China. Luana lembra que a prioridade de Pequim é garantir estabilidade para seu projeto de desenvolvimento, entretanto, isso não impede demonstrações recorrentes de força no Estreito de Taiwan e no Mar do Sul da China. Jung vê risco de escalada: “Se Taiwan estoura, entramos em uma disputa direta entre grandes potências. Aí, sim, muda o jogo inteiro”.

Tensões periféricas, riscos globais e o impacto direto nas Américas

Além dos conflitos mais visíveis, regiões periféricas concentram crises que moldam cadeias produtivas e rotas comerciais. A África enfrenta sucessivos golpes militares – como em Níger, Burkina Faso, Guiné-Bissau e Benin –, ampliando a fragmentação da União Africana, peça-chave para a estabilidade no continente. Jung destaca que áreas como o Sahel, os Grandes Lagos e o Chifre da África vivem ciclos permanentes de violência, com efeitos diretos sobre o Mar Vermelho e o Canal de Suez, rotas estratégicas por onde passa grande parte do comércio global.

Na Ásia continental e África Central, tanto a guerra civil em Myanmar quanto as tensões entre Ruanda e Congo seguem sem perspectiva de resolução. Conforme a professora da Pucrs,

a ausência de estabilização no curto prazo pressiona cadeias logísticas e eleva custos em setores dependentes de insumos sensíveis.

No centro do tabuleiro geopolítico está a relação entre Estados Unidos e China. A nova Estratégia Nacional de Defesa americana indica maior foco nas Américas, seu entorno imediato. As incursões navais e o deslocamento de tropas para a costa venezuelana sugerem que a rivalidade entre Washington e Caracas pode ganhar força em 2026.

“Os EUA concentrando tropas na América Latina é preocupante, especialmente quando o argumento é o narcoterrorismo”, afirma Jung. Ele ressalta que a securitização do debate pode ampliar a presença militar norte-americana na região,

tensionando governos e organismos multilaterais.

O Brasil acompanha esse movimento em um ano eleitoral delicado. Embora a política externa raramente determine o voto, o docente observa que, em “governos Lula”, o tema costuma ganhar maior visibilidade pública. A necessidade de equilibrar relações com EUA e China – justamente quando ambas ampliam sua disputa estratégica – deve colocar a diplomacia brasileira em posição sensível. Luana avalia que esse contexto exigirá habilidade para resistir a pressões externas e preservar autonomia decisória.

Apesar do ambiente carregado, os especialistas afastam a hipótese de um conflito global. O que se projeta é uma instabilidade prolongada, sustentada por

redes de interdependência, rivalidades persistentes e conflitos sem solução à vista. Crises avançam e recuam sem se encerrar, alianças se reorganizam e a disputa tecnológica, militar e estratégica moldam cada vez mais a vida econômica dos países.

A demanda por análises especializadas deve crescer. Para Luana, os tomadores de decisão precisarão acompanhar de perto movimentos que parecem distantes, mas que podem alterar preços, comércio e segurança em poucas horas. Em outras palavras, 2026 deve aprofundar a lógica de um mundo em tensão contínua, no qual cada peça deslocada no tabuleiro repercute muito além de suas fronteiras, redefinindo, dia após dia, os contornos da ordem internacional.



Presidente dos EUA, Donald Trump está no centro do cenário político

ELEIÇÕES 2026

Brasil retorna às urnas para eleger seus representantes

Cerca de 155 milhões de brasileiros devem escolher no ano que vem os próximos presidente, governadores, senadores e deputados

Bolívar Cavalar
bolivarc@jcrs.com.br

Cerca de 155 milhões de brasileiros estarão aptos a irem às urnas em 2026 para escolherem presidente, governadores, senadores e deputados federais e estaduais. O 1º turno e 2º turno devem ocorrer no primeiro e no último domingo de outubro do ano que vem.

O Senado Federal passará em 2026 por uma renovação de dois terços de suas cadeiras, com a eleição de 54 novos parlamentares. Diferente da Câmara, onde o mandato é de quatro anos, os senadores ocupam o cargo por oito. Em razão disso, a renovação da casa de 81 membros ocorre de forma alternada: enquanto em 2022 apenas uma vaga por estado foi disputada – equivalente a um terço –, no próximo ano, eleitores deverão votar em dois representantes para cada unidade federativa.

Na Câmara dos Deputados a renovação de cadeiras é integral e em 2026 serão eleitos 513 parlamentares. Nesta casa, a divisão de representantes por estado é proporcional à população do último Censo, no caso, o de 2022. Apesar disso, por decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), o número de deputados por unidade federativa será mantido igual ao quadro das últimas eleições gerais, e as mudanças populacionais registradas no último levantamento só serão aplicadas em 2030. O RS elegerá 31 deputados federais.

No âmbito dos 26 estados e do Distrito Federal também haverá votação para o preenchimento de todas as cadeiras nas Assembleias Legislativas. No RS, são 55 deputados estaduais.

As eleições majoritárias, para

Calendário eleitoral de 2026, conforme a legislação (TSE ainda não publicou o cronograma oficial)

O quê?	Quando?
Janela partidária	Entre março e abril (seis meses antes do pleito)
Desligamento de cargos no Executivo de quem vai concorrer	Início de abril
Convenções partidária	Entre 20 de julho e 5 de agosto
Registro de candidaturas	Até 15 de agosto
Início da propaganda eleitoral	16 de agosto
1º turno	4 de outubro
2º turno	25 de outubro

governador e senador, se diferem das proporcionais, de deputados federais e estaduais. No primeiro caso, cada partido indica apenas um representante – ou dois, com o vice, em caso de chapa pura ao Executivo –, podendo também formar coligações com outras siglas. Já nos pleitos proporcionais as legendas apresentam diversas candidaturas, e os eleitos são definidos com base nos quocientes eleitoral e partidário.

Há um limite, porém, no número de candidatos que os partidos podem ter para cada casa legislativa, que é definido pelo número de cadeiras disponíveis mais um. Ou seja, no RS, cada sigla pode apresentar 32 nomes para concorrer a deputado federal e 56 para estadual. Além disso, as legendas precisam ficar atentas às cotas de gênero, que impõem uma representação de ao menos 30% das candidaturas para cada gênero.

Quanto ao calendário eleitoral, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) ainda não divulgou as datas oficiais, mas elas obedecem a uma legislação específica, o que lhes confere previsibilidade. O 1º turno ocorre no primeiro domingo de outubro – em 2026, será no dia 4 –, enquanto o 2º turno é no último domingo do mês – dia 25.

As convenções partidárias, em que as siglas apresentam candidatos, ocorrem entre 20 de julho e 5 de agosto, e o prazo para o registro

O que está em jogo?

Serão eleitos em 2026 o próximo presidente da República, vice-presidente, 27 governadores, 2/3 do Senado Federal, 513 deputados federais, deputados estaduais para as 26 Assembleias Legislativas e deputados distritais para a Câmara Legislativa do DF.

de candidaturas é 15 de agosto. No dia seguinte, em 16 de agosto, iniciam as propagandas eleitorais.

Também está previsto no calendário eleitoral a abertura da janela partidária, um período de 30 dias que ocorre seis meses antes do pleito de outubro – entre março e abril de 2026 –, quando parlamentares com mandato podem migrar de um partido a outro. Este mesmo período é o limite para a oficialização de federações partidárias, em que legendas diferentes se unem e, na perspectiva da Justiça Eleitoral, são entendidas como um partido único.

Outra questão é sobre o desligamento de ocupantes de cargos executivos, como governadores, ministros, secretários estaduais e municipais, que pretendem concorrer nas eleições, à exceção daqueles que tentarão a reeleição. Pela legislação eleitoral, precisam sair de suas funções seis meses antes das eleições.

Disputa ao Planalto tem Lula pela esquerda e indefinição na direita

Os movimentos políticos e partidários para apresentar candidatos à Presidência da República em 2026 se intensificam na medida em que as eleições vão se apresentando. Entre muitas dúvidas sobre a nominata, há apenas uma certeza: pela esquerda, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) será candidato à reeleição. A indefinição que existe é sobre qual ou quais serão os candidatos da direita e do centro que disputarão o Palácio do Planalto com o atual chefe do Executivo.

O ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), derrotado por Lula no pleito de 2022, foi condenado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) à prisão por 27 anos por tentativa de golpe de Estado, entre outros crimes, e está inelegível. Apesar disso, indicou o seu filho mais velho, o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), para ser candidato à Presidência da República em 2026.

Além dele, são muitos os

governadores em fim de segundo mandato que pleiteiam uma indicação de seus partidos para concorrer ao cargo máximo da política brasileira. Pelo PSD, disputam indicação o gaúcho Eduardo Leite e o paranaense Ratinho Júnior. Pelo Novo, o mineiro Romeu Zema tenta se consolidar como o nome da direita. No União Brasil, o goiano Ronaldo Caiado já anunciou a sua pré-candidatura.

Outro possível presidencializável é o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), que, diferentemente dos outros chefes de Executivo estaduais que se apresentam na disputa ao Planalto, está em primeiro mandato e pode concorrer à reeleição. Tarcísio ainda não manifestou com clareza se pretende concorrer ao Planalto ou ao governo paulista, mas seu nome é apontado como um dos possíveis representantes da direita na disputa contra Lula.

Possíveis candidatos à Presidência da República

Candidato	Partido	Situação
Luiz Inácio Lula da Silva	PT	Pré-candidato à reeleição
Flávio Bolsonaro	PL	Indicado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro
Romeu Zema (governador de MG)	Novo	Pré-candidato ao Planalto
Ronaldo Caiado (governador de GO)	União Brasil	Pré-candidato ao Planalto
Tarcísio de Freitas (governador de SP)	Republicanos	Ainda não decidiu se será candidato à reeleição em SP ou ao Planalto
Eduardo Leite (governador do RS)	PSD	Aguarda indicação do partido
Ratinho Júnior (governador do PR)	PSD	Aguarda indicação do partido

Rio Grande do Sul elegerá dois senadores neste ano; nominatas ainda não estão completas

Os gaúchos que vão às urnas no ano que vem terão de exercer dois votos para senador. Enceraram-se, em 2026, os mandatos de Paulo Paim (PT) e Luis Carlos Heinze (PP) no Congresso Nacional, abrindo vaga para dois outros nomes – o petista já confirmou que não concorrerá à reeleição,

enquanto o parlamentar do Progressistas ainda não decidiu sobre a candidatura, mas a tendência é que não dispute o Senado.

O momento é de anúncio de pré-candidaturas e de especulações sobre os nomes que devem participar da corrida eleitoral. Já foram confirmados na disputa ao

Senado o deputado federal Paulo Pimenta, pelo PT; o deputado federal Marcel van Hattem, pelo Novo; o deputado federal Sander son, pelo PL; e a ex-deputada federal Manuela d'Ávila, pelo PSOL.

Além destes, especula-se que o governador gaúcho Eduardo Leite (PSD) pode concorrer ao

pleito. Anteriormente, ele se colocou à disposição do partido, ao qual se filiou em 2025, para disputar a Presidência da República, mas por conta da concorrência na própria sigla, que pode indicar o governador do Paraná, Ratinho Júnior, ao Planalto, é provável que o chefe do Executivo do Rio

Grande do Sul dispute o Senado.

Outro nome que se apresenta, pelo MDB, é o do ex-governador do Rio Grande do Sul Germano Rigotto, que se colocou à disposição do partido para concorrer ao Senado, mas a sua candidatura ainda não foi confirmada pela sigla, que discute alianças.

ELEIÇÕES 2026

Partidos antecipam apresentação de pré-candidatos e buscam ampliar alianças rumo ao Palácio Piratini

Siglas lançaram sete nomes para concorrer ao governo do Rio Grande do Sul no pleito do próximo ano

Bolívar Cavalar
bolivarc@jcrs.com.br

O cenário da disputa eleitoral ao governo do Rio Grande do Sul em 2026 começa a tomar forma, com ao menos sete partidos manifestando interesse em subir as escadas do Palácio Piratini para comandar o Estado por quatro anos. Apesar da nominata que já se apresenta antecipadamente, o momento é de articulações para a formação de coligações.

As pré-candidaturas anunciadas são: Covatti Filho (PP), Edegar Pretto (PT), Evandro Augusto (Missão), Gabriel Souza (MDB), Juliana Brizola (PDT), Luciano Zucco (PL) e Marcelo Maranata (PSDB).

Na política nada é estático, e as siglas agora se mobilizam para formar alianças. Ou seja, o quadro de candidaturas que hoje se apresenta pode mudar até o pleito de outubro de 2026, a depender dos acertos entre partidos.

Há uma sigla no centro das atenções das articulações entre a centro-direita e a direita, que é o PP. Legenda com mais prefeitos eleitos no Rio Grande do Sul em 2024 e com forte representação no interior do Estado, o Progressistas é cortejado por PL e por MDB para a corrida eleitoral.

Os emedebistas oficializaram convite para formarem coligação junto ao PP, e propuseram que a candidatura que se apresentar mais competitiva entre Gabriel Souza e Covatti Filho seja a escolhida para liderar o projeto ao governo gaúcho. Quanto ao PL, representantes do partido se reuniram por diversas vezes com lideranças progressistas para alinhar uma parceria. A decisão do PP sobre se juntar a uma destas siglas em 2026 deve se concretizar nos primeiros meses do ano que vem.

À esquerda, o PT lançou novamente Edegar Pretto, que concorreu em 2022 e ficou a menos de 3 mil votos de alcançar o 2º turno. A sigla busca formar alianças com PSB e o PDT, sendo este último um objetivo difícil de ser alcançado, tendo em vista a pré-candidatura de Juliana Brizola. Os petistas querem retomar o protagonismo no Estado, após não alcançarem o 2º turno em 2018 e 2022. No último pleito ao Piratini, a candidatura de Pretto foi lançada muito próxima da eleição, o



Gabriel Souza

Atual vice-governador do Rio Grande do Sul, Gabriel Souza apresenta sua candidatura como uma proposta de continuidade ao governo de Eduardo Leite (PSD). Ele representa o MDB, partido que por mais vezes comandou o Estado desde a redemocratização, em 1985, com quatro ex-governadores, e que agora busca voltar à liderança do Executivo. Os emedebistas tentam uma parceria com o PP para a disputa, mas há concorrência com o PL. O vice-governador também foi deputado estadual por dois mandatos (2015-2022) e presidiu a Assembleia em 2021.

que pode ter prejudicado sua projeção. Agora, com seu nome definido a quase um ano da disputa, petistas acreditam que ele seja uma opção mais competitiva.

O PDT aposta em Juliana Brizola, que carrega o sobrenome do avô, o ex-governador gaúcho Leonel Brizola (1959-1963). A pedetista concorreu à prefeitura de Porto Alegre três vezes, sendo uma a vice (2016) e duas liderando chapa (2020 e 2024). No pleito de 2024, ficou na 3ª posição. O PDT confia em Juliana, que vem pontuando acima de 20% das intenções de voto em pesquisas recentes.

O PSDB oficializou como pré-candidato Marcelo Maranata, prefeito de Guaíba. Com isso, a secretária estadual de Relações Institucionais e ex-prefeita de Pelotas, Paula Mascarenhas, deixou a sigla. O prefeito de Guaíba se filiou ao PSDB neste ano, após deixar o PDT, com o objetivo de disputar o Piratini.

A novidade partidária que se apresenta em 2026 é a pré-candidatura do recém-criado partido Missão, liderado por representantes do Movimento Brasil Livre (MBL). O policial rodoviário federal Evandro Augusto é o candidato.



Edegar Pretto

O PT volta a apostar no presidente da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), Edegar Pretto, para a corrida eleitoral ao Palácio Piratini, após faltarem menos de 3 mil votos para que ele alcançasse o segundo turno nas eleições de 2022. O partido busca retomar o protagonismo no Estado que comandou duas vezes, com Olívio Dutra e Tarso Genro. Nas últimas duas eleições, porém, não alcançou o segundo turno, algo que busca reverter com Pretto. Além de presidente da Conab, ele já foi deputado estadual por três mandatos (2011-2022), tendo exercido a presidência da casa em 2017.



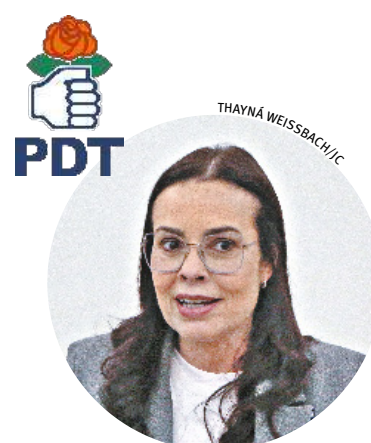
Covatti Filho

Deputado federal em terceiro mandato (2015-atual) e presidente estadual do PP no Rio Grande do Sul, Covatti Filho lançou sua pré-candidatura em junho de 2025. Apesar disso, o Progressistas tem sido cortejado por siglas como MDB e PL para integrar uma mesma coligação. Em entrevista ao Jornal do Comércio publicada em outubro, Covatti Filho disse que não descarta a possibilidade de abandonar a candidatura em prol de um projeto para o Estado. O PP é uma das siglas mais fortes no RS e a que mais elegeu prefeitos em 2024.



Luciano Zucco

O deputado federal Luciano Zucco é o candidato indicado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro para concorrer ao governo gaúcho em 2026. Atual líder da oposição ao governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) na Câmara dos Deputados, o pré-candidato do PL vivenciou uma ascensão política acentuada desde 2018, quando concorreu pela primeira vez a um cargo eletivo e se elegeu deputado estadual. Em 2022, foi o candidato a deputado federal mais votado no Rio Grande do Sul. Agora, busca manter a sua escalada política e quer ocupar pela primeira vez um cargo no Executivo.



Juliana Brizola

O PDT quer voltar ao comando do Palácio Piratini em 2027 com Juliana Brizola. Ex-deputada estadual por três mandatos (2011-2022), a pedetista já concorreu três vezes à prefeitura de Porto Alegre, sendo a última no pleito do ano passado, quando ficou na terceira posição. Uma das cartas de Juliana, e suas ações pré-eleitorais não escondem isso, é justamente o sobrenome, o mesmo de seu avô, o ex-governador gaúcho Leonel Brizola, que fundou o partido e é uma das figuras políticas mais marcantes da história do Estado.



Marcelo Maranata

Marcelo Maranata é prefeito de Guaíba em segundo mandato e se filiou ao PSDB em setembro de 2025, após se desfiliar do PDT. O ingresso de Maranata ao partido tinha o objetivo de que ele fosse o indicado da sigla para concorrer ao governo do Estado, o que se concretizou no mês de dezembro, quando sua pré-candidatura foi confirmada. O prefeito de Guaíba, que deve renunciar ao cargo, disputava a indicação com a ex-presidente estadual do PSDB e ex-prefeita de Pelotas, Paula Mascarenhas, que se desfiliou do PSDB após a confirmação de Maranata como pré-candidato.



Evandro Augusto

Estreante em eleições, o recém-criado partido Missão anunciou o policial rodoviário federal Evandro Augusto como pré-candidato ao Palácio Piratini. A sigla é comandada por representantes do Movimento Brasil Livre (MBL), e se apresenta como uma alternativa à direita que busca se distanciar tanto dos partidos mais tradicionais quanto do bolsonarismo.

Avanços na proteção de cheias não serão impactantes aos olhos da população gaúcha

Estado e prefeituras municipais buscam licitações e diálogo com comunidades para consolidar projetos

Cássio Fonseca
cassiof@jcrs.com.br

Resiliência e conscientização pautam o próximo ano quando se fala em prevenção de cheias. As enchentes de 2024 são uma das principais pautas do Rio Grande do Sul, que segue com suas cicatrizes expostas. O que se frisa reiteradamente é que o processo de capacitação estrutural e financeira dos municípios é longo, não se resolve em um ou dois anos e precisa de continuidade

em projetos que estão em andamento ou que ainda não saíram do papel.

As cidades são responsáveis pelo seu sistema de proteção de cheias e pela recuperação das estruturas perdidas ou danificadas. Casas de bombas, diques e comportas exigem reparos e, a caminho dos dois anos da tragédia, manutenção. Cabe ao Estado capacitar as prefeituras com verbas através do Plano Rio Grande.

O secretário da Reconstrução Gaúcha, Pedro Capeluppi, fala em adaptação e frisa a importância de recuperar as estruturas. Para 2026, a principal agenda do Estado está nos quatro grandes projetos de aprimoramento do sistema.



Obras de contenção do Dique do Sarandi, na Zona Norte da Capital, devem ficar prontas no início de 2026

Na Bacia do Jacuí, cujo projeto ficou popularmente nomeado como Eldorado, a atualização do anteprojeto deve ser concluída no primeiro trimestre e, posteriormente, será feito o processo de licitação do projeto executivo e da obra. "São novos diques e casas de bomba que vão implementar uma segurança que hoje não existe. É um projeto de médio e longo prazo", explica. Já no Arroio Feijó, na Região Metropolitana, será construído

um sistema de diques e macrodrenagem e, até março, ocorre a contratação para atualização de anteprojeto.

No Rio Gravataí e no Vale dos Sinos, o cronograma está em fase de elaboração técnica — um passo atrás que no Arroio Feijó — e os editais estão previstos para serem lançados em abril e maio, respectivamente. Em suma, apenas a licitação das obras de Eldorado deve ocorrer no ano que vem. Ao todo, serão R\$ 6,5

bilhões financiados com recursos do governo federal. A verba ainda abrange outros dois projetos em Porto Alegre e São Leopoldo.

Capeluppi também espera que, em 2026, seja concluído o processo licitatório e inaugurado o Centro de Gestão Integrado de Riscos e Desastres (Cegird), na Capital. O investimento, via Fundo do Plano Rio Grande (Funrigs), será de R\$ 70,3 milhões e a expectativa é que o escritório esteja operando até dezembro.

Porto Alegre prevê concluir recuperação de toda a estrutura afetada em 2024

Porto Alegre teve 30% de sua área afetada e 309 equipamentos municipais totalmente ou parcialmente destruídos, com 160 mil pessoas deixando suas casas. O diretor-presidente do Departamento Municipal de Água e Esgotos (Dmae), Vicente Perrone, detalha que os pontos de maior fragilidade da cidade foram resolvidos e olha para 2026 com otimismo.

As áreas mais afetadas foram as entradas de água pela cota mais baixa, no Cais Mauá, e as duas casas de bomba no Centro — 17 e 18. Também se fechou um tamponamento na Estação de Bombeamento da Água Pluvial (Eba) 13 no Marinha do Brasil, outro ponto inundado em 2024.

"Estamos com o contrato assinado e a ordem de serviço emitida para o fechamento de 14 tamponamentos dos condutos forçados Polônia, Assis Brasil e Álvaro Chaves e outro dentro do Marinha", relata. O prazo previsto é de seis meses. Quanto às grandes obras, o segundo trecho do Dique do Sarandi, onde houve o rompimento com a enchente, será finalizado ainda neste mês ou início de 2026.

Perrone tem a expectativa de

ter todas as comportas fechadas ou resolvidas nas primeiras semanas de janeiro. E até o final do próximo ano ou no primeiro trimestre de 2027 todas as casas de bombas serão reformadas. "Também estamos barganhando junto ao governo do Estado mais uma verba da Funrigs para as obras do dique do Areia, no bairro Anchieta, da finalização do dique da Assis Brasil e do dique da alça de acesso a Cachoeirinha, que deve ser liberada em janeiro", reitera. O valor é de R\$ 60 milhões.

Sobre os polders — área protegida pelos diques —, o Dmae pretende lançar a licitação do polder 10, do Sarandi, até o início do segundo semestre em uma contratação integrada de R\$ 70 milhões. Além do 4 e do 5, no Quarto Distrito e regiões adjacentes, ao custo de R\$ 210 milhões cada e as licitações devem sair até o final do ano. "Nos polders 12, 13, 14, 15 e 16, com macro e microdrenagem, que abrangem toda a área Centro-Sul, temos a ideia de ter essas licitações no máximo até o início de 2027", prevê Perrone.

Já a Zona Sul da Capital segue sem um sistema de proteção de cheias. O Dmae quer em

três meses ter uma solução, que é complexa. Para fazer um sistema é preciso um anteparo do rio com a cidade e um sistema de bombeamento da água da chuva, o que dificulta a relação da comunidade com o Guaíba, que não teria mais a vista tão facilitada. "Temos que construir uma solução técnica e social para essa região e isso vai ser feito no máximo no segundo trimestre de 2026 para que, depois, o Dmae possa avançar com as obras", detalha o diretor. O diálogo com a comunidade será primordial.

A frente do Escritório de Reconstrução e Adaptação Climática, o secretário municipal do Meio Ambiente, Germano Bremm, explica que a prioridade da pasta para o próximo ano é evoluir nas obras de infraestrutura ainda faltantes. "Temos que entregar Ipanema, Lami e espaços culturais como o Paço Municipal e o Museu Joaquim Felizardo. Há algumas unidades básicas de saúde que conseguimos recuperar, mas entendemos que deveriam ser feitas melhorias", cita. São R\$ 36 milhões em contratos e 21 iniciativas em andamento.

O secretário aponta que a obra que se estende um pouco

em 2026 é a entrega do trecho 1 da Orla do Guaíba, pela escassez de recursos. O valor é de R\$ 12 milhões. No caso das Ilhas, termina em 2026 o estudo do plano urbanístico sustentável. As intervenções e obras devem ocorrer apenas em 2027. "É uma região que fica fora do sistema de proteção", explica. Foi contratada a Universidade de Delft, da Holanda, que está trabalhando especificamente nesse projeto com custo de R\$ 7 milhões.

Ademais, o governo federal assumiu o compromisso de prover moradia para quem perdeu a sua casa. A prefeitura contratou os laudos e foi a campo para identificar os principais necessários. O projeto custou R\$ 9,37 milhões. São mais de 8 mil laudos com 4,6 mil aprovados e 3,4 mil contratados. Cada um representa uma residência. A expectativa é ter mais contratos assinados em 2026.

Ao todo, foram R\$ 892,5 milhões em recursos para reconstrução e prevenção, dos quais cerca de R\$ 634 milhões foram aportados pelo município, R\$ 228 milhões pela União e R\$ 30 milhões pelo Estado. Mas mesmo com tantos movimentos, o

professor do Instituto de Pesquisas Hidráulicas (IPH) da Ufrgs, Rodrigo Paiva, alerta para o risco do esquecimento.

Com o tempo, a sociedade costuma deixar pautas de lado por conta do imediatismo, e foi assim que o descuido com o sistema de proteção entre as décadas de 1970 e 2000, quando a série histórica de cheias baixou, potencializou os danos de maio de 2024. "É preciso, portanto, investir nas pessoas. Não adianta contratar uma obra ou uma tecnologia para resolver nossos problemas se nós mesmos não formos melhores. São as pessoas que têm que ser mais resilientes", aponta o professor.

Paiva ainda fala sobre reconhecer o impacto das cheias e investir em medidas não estruturais — aquelas visam a melhor convivência para reduzir os impactos negativos. Isso já que, por conta das mudanças climáticas no planeta, a Região Sul do País tem a probabilidade de um evento dessa magnitude atingir uma vez a cada 10 anos. Não é uma ciência exata, e sim uma média. Assim como uma enchente pode ocorrer no ano que vem, pode ser também na década de 2040.

MÚSICA

Estado volta à rota dos grandes shows em 2026

Robert Plant, Guns N' Roses e Cypress Hill estão entre as principais atrações da agenda musical do ano que vem em Porto Alegre

Amanda Flora
amandaf@jcrs.com.br

Vindo de um ano de reconstrução após as enchentes, o Rio Grande do Sul volta a aparecer no mapa dos grandes shows nacionais e internacionais. Em 2026, Porto Alegre retoma seu lugar no circuito cultural do País com uma agenda diversa, passando pelos lendários do rock até as vozes contemporâneas da música brasileira e latino-americana.

Ao longo do ano, dois grandes festivais reafirmam a potência da cidade para receber grandes eventos. Em outubro, o Distrito Jazz chega à sua quarta edição, mantendo o compromisso de aproximar músicos locais do que há de mais pulsante na cena mundial. Já em novembro, o Chisme Festival celebra e une a diversidade artística latino-americana em sua terceira edição, com uma programação múltipla que vai da música à dança, da fanfarra a balada com grandes nomes da cena urbana.

A temporada também será marcada por uma sucessão de espetáculos trazidos pela Opinião Produtora. O tradicional Auditório Araújo Vianna receberá apresentações de diferentes vertentes. Janeiro abre com o ex-Erasure Andy Bell (21/01), abrindo caminho, em fevereiro, para o peso do Living Colour (26/02). Março traz uma maratona de atrações: a francesa Zaz (03/03), no Araújo Vianna, o reggae de Jason Mraz (10/03) e o pop rock cheio de hits de Bryan Adams (11/03) no Araújo Vianna. A KTO Arena ainda recebe o hip hop dos californianos do Cypress Hill (17/03).

Abril será igualmente movimentado, com o som adocicado do *blue Wave* do canadense Mac DeMarco no Opinião (16/04). Em maio, o público poderá ver o metal progressivo do Dream Theater (03/05) e os *hits* oitentistas do Men at Work em duas datas (13 e 14/05), no Araújo Vianna.

Ainda no mês de maio, o vocalista da lendária banda Led Zeppelin, Robert Plant, vem à Capital para apresentar o espetáculo *Saving Grace* no dia 19, onde ele traz

influências profundas do folk, blues, gospel e country norte-americanos, além de revisitar faixas da banda que marcou o cenário do rock. Para fechar o mês, o uruguaio Jorge Drexler faz duas apresentações no Araújo Vianna, dias 29 e 30 de maio. Encerrando o primeiro semestre, o Bar Opinião recebe os escoceses da banda Nazareth em 26 de julho.

Um dos momentos mais aguardados do ano será a passagem do Guns N' Roses, que se apresenta no dia 4 de abril no Jockey Club, com abertura do Halestorm, nome de peso do rock contemporâneo. A apresentação abre a nova etapa da turnê *Because What You Want and What You Get Are Two Completely Different Things* no Brasil. Os ingressos custam a partir de R\$ 350,00 na plataforma Eventim.

Em meio às numerosas visitas de estrelas do Exterior, a música feita no Brasil também terá seu espaço. Nomes como Chico César e Orquestra (22/01), Iza (07/03), Marina Lima (28/03), o *Bloco na Rua* de Ney Matogrosso (11/04), Raça Negra (08/05) e Cidade Negra (11/07) já estão com datas garantidas, e há espaço também para momentos marcantes da música gaúcha, como o lançamento da nova turnê de Julio Reny (05/03), no Opinião, e o encontro de Kleiton, Kledir e Vitor Ramil (21/03) para a gravação de um DVD ao vivo no Araújo Vianna.

A música autoral e os encontros intimistas também ganham lugar no Espaço 373, que abre o ano no dia 15 de janeiro com Valério Araújo, considerado o maior cover de Cazuza do mundo. Em março, o cantor e compositor Bernardo Lobo, filho de Edu Lobo e Wanda Sá, lança seu disco com músicas do pai. No dia 28 de março, aniversário de Porto Alegre, Arrigo Barnabé apresenta um espetáculo dedicado a Lupicínio Rodrigues, revisitando canções clássicas do compositor porto-alegrense. Já em abril, o palco recebe Theo Bial, filho de Pedro Bial, que acaba de gravar um disco com sambas de Chico Buarque.

Com essa programação que vai do rock clássico ao jazz experimental, da MPB às conexões latino-americanas, Porto Alegre mostra que 2026 será um ano de reencontro com sua vocação cultural inabalável. É a chance dos gaúchos se reencontrarem com artistas daqui e de fora, em um lugar bastante familiar a quem mora por aqui: nas casas de shows, em frente ao palco.



Vocalista da lendária banda Led Zeppelin, Robert Plant vem à Capital com o espetáculo *Saving Grace*



Lenda do synthpop, cantor Andy Bell abre agenda internacional do Araújo Vianna



Em maio, o uruguaio Jorge Drexler faz duas apresentações em Porto Alegre

TOM OLDHAM/DIVULGAÇÃO/JC

SEAN BLACK/DIVULGAÇÃO/JC

ANDRÉ LISBOA/DIVULGAÇÃO/JC

FUTEBOL

Dupla Gre-Nal projeta reformulação estrutural após ano melancólico em campo e déficit nos cofres

Se dentro de campo, Inter e Grêmio deixaram a desejar, fora dele, não foi diferente. Folhas de pagamento elevadas inflaram os orçamentos dos dois clubes, que vão precisar se reinventar no próximo ano para equilibrar as finanças. Do lado gremista, um projeto de três anos se inicia. Sob o comando de Odorico Roman, o Tricolor planeja uma gestão responsável, com profissionais especializados para cada área. Já no Colorado, o questionado Alessandro Barcellos vai para seu último ano de gestão. Depois de quase rebaixar o clube, o planejamento prevê reformular o departamento de futebol e conter os gastos em 2026.

INTER

Inter inicia 2026 com reestruturação no futebol e cuidado financeiro

Filipe Plentz Munari

filipem@jcrs.com.br

A palavra que marca 2026 para o Inter é reestruturação. Após uma temporada de turbulência e risco real de rebaixamento, o clube irá reformular o departamento de futebol e repensar alguns setores para o último ano da gestão Alessandro Barcellos.

O vice-presidente de Administração, Victor Grunberg, foi categórico ao dizer que o trauma vivido neste ano servirá como guia para mudanças profundas. E o ponto de partida é o futebol.

A permanência na Série A evitou um impacto estimado em "35% de perda de receita" caso o clube caísse, de acordo com Grunberg. Ainda assim, a direção admite que o clube começará 2026 com uma folha salarial menor do que a projetada no início de 2025. A reestruturação passa pela chegada de um novo departamento de futebol e por uma montagem de elenco mais racional, aprendendo com erros cometidos na última temporada. "A gente não pode repeti-los", frisou o dirigente.

Ainda sobre as finanças, Barcellos afirmou que "a dívida hoje está entre R\$ 800 milhões e R\$ 850 milhões e que o principal problema para o enfrentamento é a falta de dinheiro novo", o que exclui a venda de atletas que é utilizada como receita para fluxo de caixa. Esse dinheiro seria, por exemplo, o pagamento da Liga Forte União (LFU) com os direitos de televisão, que nas próprias palavras dele foi utilizado para reduzir R\$ 175 milhões da dívida.

Barcellos também admitiu erros na montagem de elenco desta temporada. "Faltou equilíbrio em todos os aspectos do grupo. Nós também temos que reconhecer que eramos no equilíbrio,

Barcellos diz que não quer gerar expectativas

em termos técnico, físico e mental. Nós olhamos de maneira mais sistêmica", reviu.

A ideia, segundo o presidente, é usar 2026 para reestruturar o Inter, não fazendo promessas e tratando seu último ano de clube como o primeiro de uma gestão de quatro anos que está por vir. "Vai ser um ano de recuperação. Não vamos prometer títulos. Vamos prometer muito trabalho. Um esforço enorme na montagem de uma equipe para suprir carências e não vamos gerar expectativas", garantiu Barcellos.

No plano institucional, o clube trabalha com um horizonte mais ambicioso. Um estudo de governança e financiamento, conduzido com consultoria externa e discutido no Conselho Deliberativo, busca um modelo que permita recuperar competitividade diante de rivais mais capitalizados - muitos deles já convertidos em Sociedade Anônima do Futebol (SAF). Grunberg cogita que o modelo é uma possibilidade, mas ainda sem formato definido, reforçando que o debate precisa respeitar a identidade e o tamanho do clube.

A base, embora tenha vivido um 2025 difícil em resultados, segue no centro do projeto. O vice de administração reforça que a prioridade é formar atletas para o profissional, citando nomes como Gustavo Prado, Gabriel Carvalho e Ricardo Mathias. O grande passo, porém, pode vir fora das quatro linhas: o Inter espera viabilizar em 2026 o início do novo CT de Guaíba, considerado peça-chave para modernizar as categorias inferiores. "A obra não pode parar, precisa de financiamento garantido", projetou, indicando que o clube busca soluções financeiras para destravar o projeto.

No futebol feminino, a ordem é manter a competitividade mesmo sem grande aumento de investimento. Pioneiro na modalidade, o Inter observa rivais nacionais avançando rapidamente e tenta preservar seu espaço no cenário brasileiro.

GRÊMIO

Com nova direção, Grêmio projeta controle da Arena e reformulação do clube

Mateus Rocha

mateusr@jcrs.com.br

Se 2025 marcou o fim de ciclos no Grêmio, o próximo ano projeta ser de reformulações no clube. A gestão do presidente Alberto Guerra chegou ao fim de forma melancólica, deixando a desejar dentro e fora de campo. No entanto, para os próximos três anos, o Tricolor terá novidades não só na presidência, mas também no comando do futebol, da comissão técnica e da Arena.

A próxima temporada será a primeira em que o clube vai começar gerindo o próprio estádio desde que deixou o Olímpico em 2012. A novidade veio das mãos do empresário Marcelo Marques, que desembolsou cerca de R\$ 130 milhões para assumir a casa gremista e repassar as responsabilidades ao Grêmio ainda em novembro. A gestão da Arena promete injetar uma renda extra de R\$ 50 milhões anuais no orçamento. As mudanças já começaram a ser sentidas em 2025: o gramado que era motivo de vergonha para os gremistas, agora é orgulho. Outro ponto é a experiência do torcedor, que sentiu no bolso a redução nos valores dos ingressos, especialmente em jogos importantes, em que a presença da torcida é fundamental. Esse ponto será de responsabilidade do novo CEO, Alex Leitão, que teve papel de destaque nesse sentido no Inter Miami, dos EUA, e no Athletico-PR, em terras brasileiras.

Com a Copa do Mundo apertando o calendário, celeridade é a palavra que rege a preparação para a próxima temporada, já que Gauchão e Brasileiro começam em janeiro. O presidente recém-eleito, Odorico Roman, não perdeu tempo e, horas após assumir o cargo, anunciou a saída do técnico Mano Menezes. No dia seguinte, apresentou o novo departamento de futebol, com um velho conhecido: Paulo Pelaipe, que começou a carreira

no clube e foi vice de futebol em 2005. Agora, ele é executivo de futebol. Antonio Dutra Jr., Rafael Hansen de Lima e Luiz Felipe Scolari também compõem o departamento. Em menos de 48 horas no cargo, Pelaipe anunciou o português Luís Castro como treinador.

A chegada do novo técnico promete mudar o patamar atual da equipe. Aos 64 anos, Castro é experiente, com passagens vitoriosas em clubes europeus e no mundo árabe. Uma das suas características mais importantes é a construção do elenco partindo da base. Com ele se espera que garotos como Riquelme, Gabriel Mec e Tiaguinho tenham mais oportunidades no elenco principal.

As promessas devem compor a equipe que recebeu reforços importantes no segundo semestre do ano passado. Apesar do elenco estar encaminhado, algumas contratações pontuais ainda são necessárias no entendimento da nova direção. Mas os nomes seguem sendo um mistério e só devem aparecer em janeiro. Isso porque o Grêmio ainda tem uma questão fundamental a ser resolvida. O clube está na lista de transfer ban da Fifa, é só poderá anunciar novos atletas ao quitar a pendência que envolve o empréstimo de Arezzo.

A recuperação é um dos temas mais quentes para a nova direção. Que além da necessidade de injetar fluxo de caixa, ainda precisa acertar o patrocinador master. Depois de uma série de atrasos nos pagamentos, o acordo com a Alfa, uma casa de apostas, foi interrompido de forma abrupta antes mesmo do fim da temporada. Agora, cabe a nova direção encontrar a empresa que irá ornar a nova camisa, que passará a ser da fornecedora New Balance. Depois de 11 anos, o vínculo com a Umbro é outro ciclo que se encerra em 2025.

Odorico Roman inicia um ciclo de três anos à frente do clube

COPA DO MUNDO

Copa do Mundo terá três anfitriões e 48 seleções



Metlife Stadium, tradicionalmente utilizado para jogos de futebol americano, será o palco da grande final do torneio

Torneio será disputado no Canadá, nos Estados Unidos e no México, de 11 de junho a 19 de julho de 2026

Mateus Rocha
mateusr@jcrs.com.br

Entre os dias 11 de junho e 19 de julho de 2026, todos os olhos estarão voltados para Canadá, México e Estados Unidos, onde ocorrerá a Copa do Mundo. Esta será a primeira edição a ter três anfitriões. Por sediarem o torneio, os países se classificaram automaticamente. Outra novidade é que a partir desta edição, o número de participantes passou das habituais 32 para 48, 16 a mais. Dentre os participantes está o Brasil que chega para a disputa vivendo uma das suas maiores secas de título (24 anos). Com o novo formato, a Copa passou de oito para 12 grupos, com quatro seleções cada. Agora, além do primeiro e do segundo colocado, avançam também os oito melhores terceiros colocados. Já o mata-mata ganhou uma nova fase: o 16-avos de final será

disputado antes das oitavas. Com a mudança, a equipe terá que vencer oito jogos para se sagrar campeão mundial. Ao todo, 42 das 48 seleções já estão classificadas. As outras seis serão definidas em março, em duas repescagens. Na Europa, 16 times brigam por quatro vagas, e outras seis equipes de diferentes continentes duelam por outras duas. Até o momento, quatro estreantes já estão garantidas: Cabo Verde, Jordânia, Uzbequistão e Curaçao. Dentre as campeãs, apenas a Itália não confirmou presença. Fora das últimas duas edições, a Azzurri ainda busca uma vaga na repescagem. O jogo de abertura está marcada para um palco histórico para o futebol brasileiro. O estádio Azteca, no México, já presenciou o momento em que o Brasil se tornou a primeira seleção tricampeã do mundo em 1970, recebe uma estreia pela 3ª vez. Agora, o campo terá outro episódio marcante na sua história. Pelo grupo A, os mexicanos encaram a África do Sul, no dia 11 de junho.

Fase de grupos acontece entre os dias 11 e 27 de junho

Grupo C
13 DE JUNHO (SÁBADO)
19h
Brasil x Marrocos
MetLife Stadium
22h
Haiti x Escócia
19 DE JUNHO (SEXTA)
19h
Escócia x Marrocos
22h
Brasil x Haiti
24 DE JUNHO (QUARTA)
19h
Escócia x Brasil
Marrocos x Haiti
Segunda fase (16-avos de final)
de 28 de junho a 3 de julho de 2026
Oitavas de final
de 4 a 7 de julho de 2026
Quartas de final
de 9 a 11 de julho
Semifinais
14 e 15 de julho
Disputa do terceiro lugar
18 de julho, no Estádio Hard Rock (Miami)
Final
19 de julho de 2026, no Estádio MetLife (New Jersey/Nova York)

Os 10 maiores artilheiros

Miroslav Klose	Alemanha	16 gols	4 Copas
Ronaldo	Brasil	15 gols	4 Copas
Gerd Muller	Alemanha	14 gols	2 Copas
Just Fontaine	França	13 gols	1 Copa
Lionel Messi	Argentina	13 gols	4 Copas
Kylian Mbappé	França	12 gols	2 Copas
Pelé	Brasil	12 gols	4 Copas
Sandor Kocsis	Hungria	11 gols	1 Copa
Jurgen Klinsmann	Alemanha	11 gols	3 Copas
Helmut Rahn	Alemanha	10 gols	2 Copas



Os campeões

Brasil: 5 (1958, 1962, 1970, 1994, 2002)
Alemanha: 4 (1954, 1974, 1990, 2014)
Itália: 4 (1934, 1938, 1982, 2006)
Argentina: 3 (1978, 1986, 2022)
Uruguai: 2 (1930, 1950)
França: 2 (1998, 2018)
Ingllaterra: 1 (1966)
Espanha: 1 (2010)

Brasil aposta em Carlo Ancelotti para a busca do hexacampeonato

O Brasil começa a caminhada em busca do hexa dois dias após a estreia. No Metlife Stadium, em Nova York, nos EUA, palco da grande final, o time do técnico Carlo Ancelotti terá pela frente a sensação da Copa passada, o Marrocos. O grupo C, encabeçado pelos brasileiros, ainda conta com Haiti e Escócia. Com o último título conquistado em 2002, na Coreia do Sul e no Japão, a seleção vive sua maior seca na história, são 24 anos sem erguer o troféu, empatado com o período entre 1970 e 1994. Tentando quebrar o jejum, o Brasil teve um ciclo de Copa conturbado. Com disputas jurídicas envolvendo a presidência da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), a seleção passou por três treinadores antes da chegada do italiano e se classificou com um 5º lugar nas Eliminatórias, o pior de sua história. Até agora, Ancelotti fez apenas quatro convocações e teve oportunidade de testar seus jogadores em apenas oito jogos. O treinador entende que tem uma base definida, mas que pode



Pela primeira vez, o País terá um técnico estrangeiro em Copas

fazer experiências na última data Fifa antes da competição. A seleção vai enfrentar França e Croácia, respectivamente, antes da convocação final para o Mundial. Pela primeira vez na história, o País será comandado por um estrangeiro em Copas.

Os grupos da Copa do Mundo de 2026

GRUPO A	GRUPO B
México	Canadá
África do Sul	Itália, Irlanda do Norte, País de Gales ou Bósnia
Coreia do Sul	Catar
Dinamarca, Macedônia do Norte, República Tcheca ou Irlanda	Suíça
GRUPO C	GRUPO D
Brasil	Estados Unidos
Marrocos	Paraguai
Haiti	Austrália
Escócia	Turquia, Romênia, Eslováquia ou Kosovo
GRUPO E	GRUPO F
Alemanha	Holanda
Curaçao	Japão
Costa do Marfim	Ucrânia, Suécia, Polônia ou Albânia
Equador	Tunísia
GRUPO G	GRUPO H
Bélgica	Espanha
Egito	Cabo Verde
Irã	Arábia Saudita
Nova Zelândia	Uruguai
GRUPO I	GRUPO J
França	Argentina
Senegal	Argélia
Iraque, Bolívia ou Suriname	Áustria
Noruega	Jordânia
GRUPO K	GRUPO L
Portugal	Ingllaterra
República do Congo, Jamaica ou Nova Caledônia	Croácia
Uzbequistão	Gana
Colômbia	Panamá

Jornal do Comércio

O jornal de economia e negócios do RS



ANUÁRIO DE INVESTIMENTOS

DO RIO GRANDE DO SUL

SAVE THE DATE

28 DE JANEIRO 2026

CIEE-RS Porto Alegre
R. Cel. Vicente, 183

A principal *análise econômica* sobre investimentos públicos e privados no Rio Grande do Sul, com detalhamento de valores dos *principais empreendimentos* anunciados ou realizados no Estado ao longo do ano.

APOIO:

